

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALINE PAOLA NUERNBERG

**O MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DO MONTE CRISTO: UMA
TRAJETÓRIA DE LUTAS POR DIREITOS**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 08/07/09


Rosana Maria Gaio
Coord. de Estágio e TCC
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS
2009**

ALINE PAOLA NUERNBERG

**O MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DO MONTE CRISTO: UMA
TRAJETÓRIA DE LUTAS POR DIREITOS**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito parcial para a obtenção do título de
Assistente Social.
Orientado por: Raúl Burgos.**

**FLORIANÓPOLIS
2009**

ALINE PAOLA NUERNBERG

**O MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DO MONTE CRISTO: UMA
TRAJETÓRIA DE LUTAS POR DIREITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Assistente Social.

BANCA EXAMINADORA:



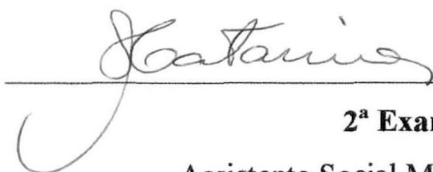
Orientadora

Prof.ª Raúl Burgos



1ª Examinadora

Prof.ª Maria Edaléa Ribeiro



2ª Examinadora

Assistente Social Maria Catarina Machado

RESUMO

O presente estudo pretende discutir aspectos referentes ao associativismo civil da Região do Monte Cristo, a fim de verificar a contribuição do Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo (CAMOCRIS) para o movimento sócio-comunitário da região. O objetivo do presente estudo consistiu no conhecimento e descrição do processo histórico de construção do CARMOCRIS e a identificação e análise das lutas comunitárias encampadas nesse processo e avaliar como o conselho de entidades vem contribuindo para o fortalecimento das lutas comunitárias. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa consistiu em observação da realidade (observação participante) das falas dos sujeitos (entrevistas semi-estruturadas) e leitura de livros Atas das associações (análise documental), a partir dos quais foi feita uma reflexão (interpretação) sobre os dados obtidos mediante o uso das produções teóricas já existentes (análise documental bibliográfica). O trabalho está estruturado de forma que, ao longo de um detalhamento da trajetória histórica do movimento sócio-comunitário do Monte Cristo é possível identificar sua auto-organização, necessidades e lutas e as relações estabelecidas com o Poder Público e demais instituições, bem como avaliar a contribuição do CARMOCRIS para o movimento sócio-comunitário.

Palavras-chaves: Associativismo civil; Movimento Sócio-Comunitário e Lutas Sociais.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACM - Associação Catarinense de Mulheres

CAMOCRIS - Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo

CEDEP - Centro de Educação e Evangelização Popular

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores

CUT - Central Única dos Trabalhadores

MFA/SC - Movimento Feminino pela Anistia

MEL - Movimento Ecológico Livre

NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

ONG's - Organizações não governamentais

TL - Teologia da Libertação

UCE - União Catarinense dos Estudantes

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

*“Vale mais salvar um cidadão do que matar mil
inimigos” (Antonino)*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 Sede do CEDEP..... 32

Ilustração 2 Barracões..... 33

Ilustração 3 Sede do CARMOCRIS..... 41

Ilustração 4 Terreno em que será construído o parque metropolitano..... 53

Ilustração 5 Terreno em que será construído o parque metropolitano..... 54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. Associativismo Civil: Um Mecanismo Para A Emancipação Política.....	12
1.1 Associativismo Civil.....	12
1.2 Associativismo Civil no contexto nacional.....	13
1.3 Movimentos Sociais.....	14
2. Associativismo Civil Em Florianópolis E A Sua Trajetória Histórica...	18
2.1 Associativismo civil em Florianópolis.....	18
2.2 União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO.....	24
2.3 Fórum da Cidade.....	26
2.4 Plano Diretor Participativo.....	28
3. Um Resgate Histórico Das Lutas Comunitárias Da Região Do Monte Cristo.....	31
3.1 Região do Monte Cristo.....	31
3.2 Primeiro Período: 1993 à 1996.....	33
3.3 Segundo Período: 1997 à 2004.....	36
3.4 Terceiro Período: 2005 à 2009.....	38
4. O CARMOCRIS: A Culminação De Uma História De Articulações Comunitárias.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	58
APENDICES.....	64
1 Associação de Moradores do Bairro Monte Cristo.....	64
2 Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança.....	68
3 Associação de Moradores da Comunidade Santa Terezinha I.....	75

4 Associação de Moradores da Comunidade Santa Terezinha II.....	78
5 Associação de Moradores da Comunidade Chico Mendes.....	83
6 Associação de Moradores da Comunidade Novo Horizonte.....	89

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta, como objeto de estudo, o associativismo civil da Região do Monte Cristo, a fim de verificar a contribuição do Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo (CAMOCRIS) para o movimento sócio-comunitário da região. Como eixo norteador utilizam-se os conceitos de *associativismo civil* e *movimento comunitário*

A opção pela temática deste trabalho é fruto das experiências vividas nos Estágios Curriculares I e II, realizados no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) entre Agosto de 2008 à Julho de 2009.

O NESSOP está vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desde 1990 vêm desenvolvendo atividades de assessoria e capacitação sócio-política junto às organizações sócio-comunitárias de Florianópolis, com destaque para as associações de moradores, os conselhos comunitários e à União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO).

O Estagio Curricular foi caracterizado por uma atividade de assessoria à UFECO através de um curso de formação sócio política ao CARMOCRIS e suas bases – as associações de moradores da Região do Monte Cristo. Esse curso foi desenvolvido a partir de uma demanda por formação do CARMOCRIS apresentada à UFECO e foi desenvolvido através de uma metodologia participativa.

Essa experiência permitiu à autora conhecer o cotidiano e a realidade social dos movimentos comunitários da região, no que se referem às suas demandas sociais, seus líderes, a relação estabelecida entre as comunidades e as instituições locais constituídas pelas mesmas. Através de um contato mais próximo com o CARMOCRIS foi possível observar que essa instituição vem apresentando algumas fragilidades, como a garantia da participação das associações em suas reuniões, em manter com clareza a sua razão de ser para seus membros e a garantia da representatividade com o envolvimento de todas as associações da região, de tal forma, que contemple as nove associações nas quais se organizam os moradores da região. Foi possível observar também que o CARMOCRIS, mesmo com suas limitações, tem buscado formas de enfrentar os desafios apresentados, como exemplo, a iniciativa de buscar junto à UFECO um curso de formação sócio-política às suas bases, a fim de qualificar suas ações.

A partir do exposto constituiu-se, então, o interesse em conhecer e descrever o processo histórico de construção do CARMOCRIS e identificar e analisar quais as lutas comunitárias encampadas nesse processo e como o conselho de entidades vem contribuindo para o fortalecimento das lutas comunitárias.

Para a realização dessa pesquisa buscou-se conhecer a realidade dos sujeitos envolvidos no CARMOCRIS, tendo em vista que essa pesquisa aborda questões de subjetividade dos atores envolvidos que não podem ser expressas apenas por variáveis quantificáveis. Dessa forma a pesquisa tem um caráter qualitativo. Dessa forma a pesquisa tem um caráter empírico valendo-se de técnicas qualitativas que favoreçam o levantamento de dados a partir da interação direta com o sujeito da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada a partir da observação da realidade (observação participante) das falas dos sujeitos (entrevistas semi-estruturadas¹) e leitura de livros Atas das associações (análise documental²) com o objetivo de interpretar os dados obtidos mediante o uso das produções teóricas já existentes (análise documental bibliográfica).

Observar o contexto social ou realidade social dos sujeitos envolvidos é extremamente relevante para a construção da pesquisa, tendo em vista que, de acordo com a abordagem dialética, a estrutura social é um “todo” dinâmico, cujas partes encontram-se intimamente ligadas, em um processo de interdependência. O que ocorre em uma das partes influirá, certamente, nas outras, alternado o todo. Nesse sentido cada objeto da realidade não é visto isolado em si mesma, mas dentro de um contexto histórico, embora seja tomada de forma específica em cada um dos momentos históricos.

Este trabalho está organizado em quatro sessões. A primeira sessão trata do associativismo civil e os movimentos sociais, buscando esclarecer os elementos conceituais e sua trajetória histórica. A segunda sessão trata, especificamente, das formas de associativismo civil no Município de Florianópolis, com destaque para a UFECO, o Fórum da Cidade e o processo do Plano Diretor Participativo. Na terceira sessão é apresentada a Região do Monte Cristo e um resgate histórico das lutas das associações de moradores da Região apontando, aspectos relativos a sua auto-organização, as demandas apresentadas às comunidades e as relações estabelecidas com o Poder Público e demais instituições. A quarta sessão apresenta a

¹ As entrevistas relatadas neste trabalho seguem na íntegra as falas dos sujeitos sem correções de estilo. Todos os entrevistados autorizaram a publicação do trabalho, bem como, suas identificações.

² As referências dos Livros Atas, citados neste trabalho, seguem na íntegra a escrita, sem correções de estilo e foram emprestados com autorização dos Presidentes das Associações de Moradores e do CARMOCRIS.

trajetória histórica do CARMOCRIS. Para finalizar, serão apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas na construção e fundamentação teórica deste trabalho. O trabalho apresenta ainda, um apêndice onde consta um breve resumo do histórico das associações que compõem o Monte Cristo.

1. ASSOCIATIVISMO CIVIL: UM MECANISMO PARA A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.

Esta sessão apresentará de forma sistematizada o que é entendido como “associativismo civil” a partir de elementos conceituais, do que é expresso no código civil brasileiro, bem como a trajetória histórica dos movimentos sociais na contribuição para a construção de práticas políticas democráticas.

1.1 Associativismo Civil

O associativismo civil é entendido como uma forma de organização social, na qual dois ou mais indivíduos se reúnem devido a identificações entre si – compreendendo assim, uma grande variedade de grupos com diferentes propósitos – que buscam, através desse associativismo, objetivos em comum. Segundo Warren (2002, p.41) “Uma das formas de participação dos sujeitos na esfera pública é pelas formas de associativismo civil e movimentos sociais, que possibilitam a formação de identidades coletivas e ideários comuns, pré-requisitos para a demanda coletiva de direitos e para a criação de novos valores e normas para a vida societária.”

Dessa forma é possível afirmar que as associações civis “absorvem iniciativas sociais difusas, encaminhando-as ao espaço público para o embate político [...] ampliam o espectro do político, incorporando novos temas na agenda política desempenhando, assim, papel fundamental na construção do espaço público.” (VIEIRA, 1997, p.5)

O associativismo torna-se um direito do cidadão quando é incluso nos direitos fundamentais da pessoa humana, assim, assegura “mais proteção e maior poder de influência aos economicamente fracos” (DALLARI, 2004, p.75).

Os burgueses, em sua fase inicial por volta do século XIII, foram os primeiros a utilizarem as associações como um instrumento na luta política. Já no século XVIII, com o processo de industrialização em emergência e a exploração do trabalho operário, os trabalhadores organizaram-se e associaram-se para lutar por melhores condições de trabalho e, como consequência, de vida. A organização dos trabalhadores ganhou uma notoriedade no

meio social e provocou uma reação, em específico, do governo francês que estabeleceu em 1791 a proibição das associações através da Lei de Chappelier³ (DALLARI, 2004, p.75).

Houve perseguições e proibições aos associativismos dos trabalhadores fabris, mas, estes buscaram meios e formas de continuar sua luta de modo que nas primeiras décadas do século XIX o número de associações e suas influências eram consideráveis. A força associativa foi responsável por ser “reconhecido aos indivíduos o direito de se associarem, que passou a ser expressamente mencionado nas Constituições, no capítulo dos direitos e garantias fundamentais” (DALLARI, 2004, p.77).

1.2 Associativismo Civil no contexto nacional

O Estado é o estruturador dos serviços básicos para a vida da sociedade como um todo, oferecendo e regulando serviços dos mais diversos como os de esgoto, transportes coletivos, de saúde, de educação entre outros, interferindo diretamente na “qualidade de vida” dos cidadãos. Essa distribuição de serviços ocorre de forma desigual no contexto geográfico das cidades, havendo uma clara e evidente distinção nos bairros e localidades sendo a periferia mais afetada pelo negligenciamento dos serviços públicos, formando uma configuração espacial extremamente segregada e rarefeita.

Os movimentos populares urbanos têm como característica essencial, segundo Jacobi e Nunes (1985, p.171) “um questionamento da ação estatal na distribuição das benfeitorias urbanas e dos equipamentos de consumo coletivo”. Dessa forma assumem um caráter político, compreendendo e envolvendo-se com a dinâmica da realidade urbana a partir de suas contradições e um caráter econômico, incidindo sobre a qualidade de vida urbana. Nesse sentido, conforme Jacobi e Nunes (1985, p.171):

A dinâmica de atuação do movimento citadino quebra com os esquemas convencionais de participação e conflito dos sistemas autoritários, e a mobilização e pressão coletiva são elementos determinantes, ampliando inclusive o âmbito de conflito e extrapolando-o para problemas sociais, políticos e culturais, superando-se o marco estreito dos problemas do bairro.

³ A lei “Lêi Chapellier” proibia a existência de qualquer tipo de organização que prejudicasse a tranquilidade coletiva do trabalho, chegando inclusive a punir com prisão os participantes de associações patronais ou de operários.

Essas organizações de base são geradas a partir da mobilização social por interesses imediatos e pelas aspirações espontâneas. As atuações destes movimentos fortalecem a participação social em torno do acompanhamento e controle da administração pública, tendo em vista a democracia participativa, onde, não mais a vida coletiva fica à mercê dos governos e passa a ser pensada e estruturada a partir do próprio coletivo. É um movimento que sustenta “a defesa da própria possibilidade de um poder governamental que, animado por vínculos e valores coletivos, submeta-se ao controle democrático dos cidadãos e funcione” (NOGUEIRA, 2001, p.11). Visando a busca democrática participativa esses movimentos apresentam uma função social.

De acordo com Kleinschmidt e Silva (1984, p.35) “a associação do tipo ‘movimento’ busca a organização do povo do bairro com participação de maior número de moradores, para atingir seus objetivos”, dessa forma a associação se vincula diretamente à vida dos moradores, aos problemas do bairro e tem como base a superação dos mesmos. Para tanto se faz necessário o engajamento, o apoio e a participação dos moradores, com vistas à legitimidade das ações, bem como a democratização das decisões que envolvem o coletivo.

No contexto do Brasil, o associativismo está expressamente garantido no art.5º da Constituição Federal:

- XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
 - XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
 - XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
 - XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
 - XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;
- (BRASIL, 1988).

De acordo com isso garante-se o direito de organizar associações para qualquer finalidade, desde que estas finalidades não sejam proibidas por lei.

O código civil brasileiro estabelece algumas regras para a criação das associações com caráter de personalidade jurídica – associações que são reconhecidas como pessoas e que podem agir perante o poder judiciário na garantia de seus direitos. Dentre as regras a serem cumpridas pelas associações está a criação e registro, no Cartório do Registro de Títulos e Documentos, do estatuto.

1.3 Movimentos Sociais

Ao abordar a trajetória dos movimentos sociais no cenário nacional Cardoso afirma a existência de duas fases, duas formas de interpretar os movimentos sociais. A primeira fase denomina “a emergência heróica dos movimentos sociais” (CARDOSO, 2004, p.81). Nessa fase, a qual delimita entre o período de 1970 a início de 1980, apresenta os movimentos sociais como algo novo para a época, um canal alternativo de reivindicação social perante um contexto político de ditadura militar que representa “uma quebra dentro do sistema político” (CARDOSO, 2004, p.81).

Sob esse contexto político os movimentos representavam um mecanismo capaz de transformar a cultura política vigente, conforme aponta Cardoso (2004, p.81) “A grande contribuição dos movimentos sociais seria trazer uma mudança na cultura política – mudança que vinha exatamente do fato de a autonomia dos movimentos quebrar com as relações clientelísticas, com o modo de atuação do sistema político tradicional”. Nesse sentido os movimentos se opunham ao Estado e às instituições vigentes, tais como sindicatos, partidos políticos, conselhos comunitários corporações, entre outros.

O cenário da luta social em prol da democracia nacional foi caracterizado por práticas sociais democráticas que questionaram as práticas de dominação e exclusão advindas da ditadura e a “defesa de um campo de demarcação entre sociedade civil e Estado” (AVRITZER, 2002, p.17).

A segunda fase é denominada por Cardoso (2004, p.82) como “institucionalização” dos movimentos. É assim definida devido ao novo contexto social em que se inseriram os movimentos sociais, à partir de 1982, quando o Brasil viveu um momento de abertura política com as eleições estaduais, “quando o sistema político começa a abrir novos canais de comunicação e participação até então parcialmente bloqueados” (CARDOSO, 2004, p.83).

Nesse contexto começou haver outra forma de participação dos movimentos e, portanto, outra forma desses movimentos se relacionarem com as agências públicas. Houve, portanto a abertura de um espaço para a geração de “potenciais organizativos e institucionais no nível das próprias associações civis, criando alternativas de organização social e política” (AVRITZER, 2002, p.17).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o cenário nacional traz, nos anos 90, “uma aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta, de “encontros” entre o Estado e a Sociedade Civil” (DAGNINO, 2002, p.13), tendo em vista a possibilidade de serem criados espaços, na esfera pública, de discussão e decisão entre ambos, como os conselhos de direitos expressos na Constituição.

Nesse período houve também a formação das Organizações não governamentais (ONG's) que adquiriram ao longo dessa década, grande visibilidade no cenário brasileiro. Em 1991 foi constituída a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) que repercute numa crescente formação de ONGs que atuam junto aos diferentes segmentos da sociedade civil. Segundo Esmeraldo e Said (2002, p.269)

A necessidade das ONGs de constituir-se como um espaço autônomo em relação ao Estado reduz possibilidades de experimentação de desconstruções de relações hierárquicas, desiguais, dominadoras, que predominam nos governos militares. No entanto, para as ONGs, o desafio primeiro refere-se à construção de sua identidade que deve ser construída a partir de sua autonomia.

Nesse sentido, as ONGs se apresentam no cenário político, dos anos 90, como um espaço alternativo, ao Estado, de promover os serviços sociais que este não é “capaz” de suprir. Segundo Gohn “as mudanças na conjuntura política levaram também à emergência, ou ao fortalecimento, de outros atores sociais relevantes na sociedade civil, tais como as ONGs e outras entidades do Terceiro Setor” (2005, p.111).

Em meados da década de 90 ocorre, a nível nacional, um desmonte das políticas sociais pelas políticas neoliberais - as ONGs e o chamado terceiro setor passam a ser responsáveis por suprir as demandas por serviços sociais –, amplia-se a flexibilização do mercado de trabalho, levando ao crescimento do setor informal e novas exigências para o campo da educação, em face da globalização, entre outros. Diante desse contexto os movimentos sociais expressam “um rearranjo na busca por uma renovação, de adaptação à

nova conjuntura e às mudanças no mundo do trabalho, de reposicionamento diante das novas políticas públicas” (GOHN, 2005, p113).

A entrada do milênio “marca a retomada das mobilizações populares nas ruas das grandes cidades e a reentrada em cena, com vigor e visibilidade, dos movimentos populares urbanos”. (ibid 113).

Em face do exposto é possível perceber como a sociedade civil se organiza e articula para garantir a defesa de seus direitos.

2. ASSOCIATIVISMO CIVIL EM FLORIANÓPOLIS E A SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA.

Esta sessão abordará a trajetória do associativismo civil no Município de Florianópolis; para tanto, apresentaremos uma síntese da história do movimento dos diferentes segmentos da sociedade civil e para uma melhor compreensão do movimento sócio-comunitário (foco desse trabalho) será abordado, também, uma síntese da história da UFECO, Fórum da Cidade e elementos do processo do Plano Diretor Participativo.

2.1 Associativismo civil em Florianópolis

O Associativismo civil em Florianópolis começou a ocorrer por diversos segmentos da sociedade civil nos anos que precederam o golpe militar de 1964. A sociedade civil foi se organizando e atuando no espaço público.

O movimento estudantil de Santa Catarina “foi adquirindo projeção a partir da campanha nacional pela estatização do petróleo” (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.33). Essa mobilização culminou na criação, em 1949, da União Catarinense dos Estudantes (UCE), a qual atuou numa linha reivindicatória até o início da década de 1960. O cenário político nacional promoveu a efervescência dos movimentos estudantis e em Santa Catarina ocorreu o mesmo com a ala católica do movimento estudantil que assumiu a liderança da UCE – denominando-se a Terceira Força – promovendo diversas frentes de lutas estudantis até o golpe militar de 1964.

As mulheres começaram a se articular politicamente em 1950 com a criação da Associação Catarinense de Mulheres (ACM). Suas lutas estavam ligadas à reivindicação por direitos sociais. Segundo Warren e Rossiaud (1999, p.34) “algumas destas mulheres era ligadas ao partido Comunista Brasileiro. A ACM se colocava como autônoma em relação aos partidos, mas naturalmente a dupla militância também influenciou o perfil ideológico da organização”.

A organização da classe dos trabalhadores que culminou no sindicalismo ocorreu em 1960, sob a influência da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Os sindicatos, de modo geral, em Santa Catarina tiveram um perfil assistencialista e nesse período adquiriram

um perfil mais combativo, comprometido com os interesses e na defesa dos direitos dessa classe. Conforme apontam Warren e Rossiaud (1999, p.34) os “sindicatos catarinenses que haviam sido criados dentro da marca ‘assistencialista’ do sindicalismo oficial brasileiro, adquirem um perfil mais combativo neste momento histórico”.

Dentre estes segmentos da sociedade civil, é preciso destacar ainda os grupos vinculados às instituições religiosas que apesar da existência anterior, com um perfil assistencialista, assumiram nas décadas mais recentes “um compromisso mais profundo com a necessidade de transformação social em nome dos mais carentes” (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.35).

Com o golpe militar de 1964 instaurou-se no Brasil a ditadura militar que ocasionou, no período de mais de duas décadas, a repressão ideológica, política e moral da sociedade brasileira. As manifestações populares foram um grande alvo dessas repressões. A repressão política “não poupou nem as pequenas organizações, fechando sedes e colocando nas prisões suas lideranças” (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.35).

No contexto de Santa Catarina, o movimento estudantil sofreu forte repressão, tiveram suas sedes invadidas, arquivos foram apreendidos, os diretórios acadêmicos foram fechados, militantes e líderes do movimento foram presos e indiciados em inquéritos policiais. A repressão militar promoveu a desarticulação da Federação das Mulheres do Brasil e todos os grupos vinculados à ela, inclusive a ACM, prendendo várias de suas militantes (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.35).

Em outubro de 1968 o Brasil acompanhou (por meio de televisão, rádio e jornal impresso) o drama que cerca de oitocentos estudantes (doze eram catarinenses) passaram ao serem cercados pela polícia militar num sítio em Ibiúna – SP, quando realizavam o Congresso Estudantil. Foram realizadas, em várias cidades brasileiras, passeatas solicitando a libertação dos estudantes que participavam do Congresso. Florianópolis foi uma dessas cidades (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.36).

As mobilizações populares contra a ditadura militar fizeram com que o governo ampliasse suas formas de repressão e, em 1970, a sociedade civil organizada ressurgiu na esfera pública. Segundo Warren e Rossiaud (1999, p.36) “somente a partir de 1978, é que a sociedade civil florianopolitana readquire novamente alguma vitalidade. Com a abertura política por parte do Estado, novas formas de associativismo civil serão implementadas, através do novo sindicalismo, da nova esquerda e da Igreja progressista”.

As mulheres de presos políticos e as militantes pela democratização da sociedade se organizaram e fundaram o Movimento Feminino pela Anistia (MFA/SC), com sua sede em Florianópolis. Com a decretação da Anistia em 1979 o grupo perdeu sua força e, como consequência, se extinguiu no ano seguinte (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.36).

As mulheres do MFA, em geral vinculadas a instituições religiosas, seguindo os ideários da Teologia da Libertação, passaram a residir nas periferias de Florianópolis com o objetivo de organizar as comunidades.

O movimento estudantil voltou à cena em 1979 com o I Encontro Catarinense de Estudantes que foi realizado em Florianópolis. Nesse mesmo período a Novembrada, como ficou conhecida, foi um episódio significativo para o movimento estudantil. Tratou-se da reação estudantil a uma visita do então Presidente Figueiredo à capital, que foi recebido com uma forte rejeição popular e resultou num confronto mais direto com os estudantes, sete deles foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.37).

Ainda nesse período, alguns estudantes articularam os ideários da Teologia da Libertação com a participação política de universitários e criaram um grupo ecumênico chamado Alternativa Cristão, dentro da Pastoral Universitária, com o objetivo de “organizar e propiciar, através da educação popular, a conscientização da população marginalizada” (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.38).

O Movimento sindicalista ganhou força a partir de 1985, assumindo um perfil combativo, reivindicatório e de contestação política. Segundo Warren e Rossiaud (1999, p.38) “os sindicatos bancários e de eletricitários, assim como sindicatos locais de servidores civis, de jornalistas e outros, filiam-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT), consolidando-se a tendência do chamado sindicalismo combativo”.

O movimento comunitário também se articulou nesse período. Em 1983, especificamente, foram criados os Conselhos Comunitários de oposição, a partir da mediação da Igreja Progressista, em algumas periferias da comunidade. Em 1984 foi criada a Articulação de Entidades a partir da unificação dos segmentos da sociedade civil comprometidos com a luta urbana, reivindicando espaços para a participação popular nas decisões referentes às políticas públicas e à regulamentação da terra urbana apropriada a partir de ocupações. A partir de 1985 as associações de bairro autônomas cresceram de forma considerável.

Esse movimento se articulou devido a questões relativas à qualidade de vida na cidade, sobretudo a partir de 1970 com o crescimento populacional desordenado da cidade. Segundo Corrêa, Carminati e Vasconcelos (2004, p.48)

Esses problemas referem-se ao crescimento populacional provocado pelo intenso fluxo migratório, a ocupações desordenadas do solo, à especulação imobiliária muitas vezes predatória e à ausência de planejamento urbano que faz com que se precarizem as ofertas de serviços essenciais como saneamento básico, saúde, transporte, habitação, entre outros. Além disso, essas questões não se distribuem uniformemente para todos os habitantes da Ilha, é preciso levar em consideração a divisão entre centro e periferia e suas conseqüências políticas, econômicas e sociais.

Tendo em vista a heterogeneidade dos posicionamentos políticos dessas associações, nesse momento, há uma divisão entre elas. Uma parcela delas cria a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO – e outras vão integrar o Movimento dos Sem-Teto (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.39).

A década de 80 foi marcada pelo ideário da democracia, permitindo a abertura para segmentos da população se organizarem e entrarem em “cena”. Os atores que foram tratados na literatura como “novos movimentos sociais”. Em Florianópolis destacam-se os movimentos feministas, ecologistas, étnicos, e político-culturais.

Dois grupos feministas se organizaram a partir de 1981. Um dos grupos, denominado “Amálgama”, era um grupo de reflexão na construção de uma identidade feminina. O outro grupo, denominado “Vivências”, era um grupo mais ativista, voltado ao interesse público, promovendo denúncias e eventos relacionados à mulher.

Os grupos de ecologistas foram organizados em meados da década de 1980, por “intelectuais acadêmicos e técnicos das administrações públicas locais” (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.40) e de forma gradativa foram alcançando a esfera pública. Destacam-se o Movimento Ecológico Livre (MEL) - grupo responsável pela iniciação na cidade da criação de uma consciência ambiental bem como de propostas para a criação de áreas de proteção (como exemplo o Parque municipal da lagoa do Peri) – e a Associação de Surf da praia do Campeche, que é uma das primeiras entidades de surf a ter uma preocupação de conscientização e preservação ambiental.

Os grupos étnicos negros se organizaram no início da década de 1980, para denunciar a opressão que vinham sofrendo, e fundam a União da Consciência Negra. Em 1986 esse

grupo originou uma ONG denominada Núcleo de Estudos Negros (NEN). “O NEN trabalha para a introdução da temática da cultura negra no sistema educacional, para o fortalecimento das organizações de defesa da raça negra e assessora movimentos em suas lutas contra a discriminação cultural e racial. (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.41).

Nos anos 90, com a consolidação da democracia nacional e da nova Constituição Federal que legitima os direitos civis dos cidadãos brasileiros, os grupos organizados de Florianópolis passam a atuar na esfera pública em prol dos direitos sociais, civis e políticos, portanto, a questão da cidadania perpassa todos os grupos organizados nesse momento, segundo Warren e Rossiaud (1992, p.42), “as organizações e os movimentos locais se orientam para uma ampliação da participação dos cidadãos na esfera do poder público, para a conquista de novos direitos e garantia dos já instituídos. Muitas das organizações já existentes incorporam esta linha de atuação e novas organizações civis surgem no cenário”.

No cenário nacional ocorre a ECO/92 que promoveu a projeção e visibilidade pública das Organizações não-Governamentais (ONG), aumentando significativamente o número de novas organizações, inclusive em Florianópolis a partir de um conjunto de iniciativas cidadãs, servindo como espaço para lutarem em prol dos interesses da população. Nesse sentido essas organizações assumiram diversos perfis, com diferentes interesses.

O movimento sindicalista de Florianópolis passa a se autodenominar Sindicato Cidadão, modificando o perfil que vinha tendo na década de 1980, concebem-se, a partir de 1990, como uma entidade da sociedade civil lutando em prol de uma ordem social voltada aos interesses populares. Nessa perspectiva, os sindicatos passaram a articular-se com ONGs locais e outras associações civis na promoção de campanhas, programas de ação e eventos. O Sindicato dos Jornalistas criou em 1990 a Fundação Adelmo Genro Filho, com o apoio de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e dos Eletricitários. Segundo Warren e Rossiau (1999, p.45) “Essa fundação tinha como objetivo agregar o conjunto dos movimentos sociais em torno da luta pela democratização da comunicação, organizando-se sob forma de Fórum”.

O movimento das mulheres também mudou de perfil nesse período, busca-se agora a legitimação da questão de gênero como meio de ampliar a cidadania, em seu sentido mais amplo. Nesse sentido a questão de gênero passou a ser debatida e trabalhada em ONGs e em outras associações civis.

O movimento estudantil vinculou-se a partidos políticos, jovens participam de ONGs e entrou em cena o Movimento Anarco-Punk (MAP) na perspectiva de uma alternativa político-cultural.

O movimento negro ampliou sua participação no cenário público a partir do aumento do número de ONGs relacionadas a questão étnica e devido à rede que formam entre essas ONGs.

Os movimentos ambientalistas ganharam bastante expressão em Florianópolis. São criadas ONGs, há um envolvimento das associações de bairro e é criada a Rede Ecofórum. Esse movimento passou a focar sua atuação em relação às políticas públicas que envolviam a questão ambiental, mantendo uma constante vigilância em relação às mesmas.

Nesse período a defesa pelos direitos humanos está expressa nos diversos movimentos sociais que se articulam para tratar de questões referentes à violência, o resgate da cidadania entre outros. Nesse sentido foi criado o Fórum contra a Violência que buscou de forma mais direta tratar de questões referentes a violência contra a mulher e a criança; foi criado o Movimento pela Paz com articulações a nível local e global e o Centro de Direitos Humanos da Grande Florianópolis, em 1997, que atuou na defesa e promoção dos direitos dos cidadãos e contou com a participação de cerca de 60 organizações, comunitárias e sindicais (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.46).

O movimento comunitário, representado em sua maioria pelas associações de moradores, assumiu nesse período uma relação mais direta com a gestão pública. Durante o Governo da Frente Popular o movimento participou da implementação do Orçamento Participativo, que permitiu uma intervenção da população nos gastos públicos. Sua participação se estendeu ainda, em alguns conselhos setoriais e na Agenda 21 Local; nesta última, a participação se deu principalmente pelas associações dos balneários as quais já estavam mobilizadas devido as ameaças de destruição ambiental pelos interesses empresariais.

Nas regiões de periferia parte do movimento comunitário incorporou, de forma gradativa, temas diversos a serem trabalhados pelos agentes coletivos, tais como as questões ecológicas, culturais, de gênero, étnicas, etárias entre outros. Vale a pena salientar que também foram incorporadas questões subjetivas, tais como “a afetividade, a ética, da estética, das relações prazerosas e da festa” (WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.47).

Houve também a emergência do movimento dos consumidores que fundaram uma ONG denominada Comitê Interassociativo de Defesa do Consumidor Organizado (DECONOR) com o objetivo principal de fiscalizar o aumento abusivo dos preços e a qualidade dos produtos vendidos.

2.2 União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO

A União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO) é uma entidade – pessoa jurídica de direito privado – de caráter federativo e sem fins lucrativos que representa as organizações de cunho associativista de bairro do município de Florianópolis.

A UFECO tem como finalidade “reunir e congregar as entidades sócio-comunitárias do município de Florianópolis, motivando sua participação ativa nas questões públicas de interesse da população; representar estas entidades junto aos Poderes Públicos e Pessoas Jurídicas de Direito Privado sempre que for solicitado e orientar e organizar ações coletivas que objetivem o bem estar da população” (UFECO, 1988)

Sua fundação ocorreu no início do ano de 1987 e contou com a participação do grupo denominado “Independentes”, formado pelos representantes das associações da Lagoa, Ingleses, Monte Verde, Saco Grande, Agrônômica, entre outros, num total de 23 entidades e do grupo denominado “Conservadores”, formado por dez conselhos comunitários. Sobre sua fundação Lüchmann (1991, p.17) aponta que:

Elegeram-se uma diretoria relativamente paritária com certo equilíbrio na distribuição de cargos, com o intuito (e agora sem o apoio da “Periferia”)⁴ de constituição de um órgão democrático com autonomia e efetiva representação dos bairros; uma entidade supra-partidária, de respeito às diferentes posições político-ideológicas, desde que não intervisse na política comunitária.

Ainda nesse primeiro período houve divergências internas quanto à linha de atuação dos grupos vinculados à UFECO: os “Independentes” apresentam vínculos com o governo do estado e buscam uma vinculação pluralista com o sistema partidário e os “Conservadores”,

⁴ A “Periferia” era um grupo vinculado à Igreja Católica e setores do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse grupo se afasta da articulação alegando que não há representatividade e amadurecimento político do processo e um atrelamento político-partidário por parte dos envolvidos.

são, preferencialmente, vinculados com o Partido Democrático Social (PDS) e Partido da Frente Liberal (PFL). Isto ocasionou o afastamento dos “Independentes” da diretoria e a formação de uma chapa de oposição interna que saiu vitoriosa nas eleições de 1989.

Esse grupo visava a retomada dos objetivos iniciais da UFECO, com ênfase na autonomia da instituição face aos órgãos públicos e aos partidos políticos, sendo representante das suas bases junto à Prefeitura Municipal (LÜCHMANN, 1991). Em 1990, buscando estratégias para manter uma relação mais próxima com as bases, iniciou, por exemplo, um processo de encontros com os dirigentes e membros das entidades filiadas, através da realização de reuniões por regiões.

É assim que, ao longo de sua trajetória, caracterizada por retrocessos e avanços, a UFECO constitui sua legitimação na esfera pública como representantes das associações de bairro. De acordo com Lüchmann (1991:97):

A constituição da UFECO representou um avanço e uma modificação nas relações políticas do município, caracterizadas por uma valorização excessiva da sociedade política enquanto instância legítima nas deliberações das coisas públicas. A criação da entidade vem determinando não apenas novas formas de participação e representação popular no cenário público, como também vem progressivamente superando as antigas práticas de clientelismo, num processo de afastamento e/ou reorientação progressiva das entidades atreladas ao governo do Estado via conselhos comunitários.

Nesse sentido a UFECO pretende representar os cidadãos coletivamente organizados, através de uma prática política democrática, não somente na arena da política institucional, mas, no cotidiano da população, tendo em vista a reordenação dos problemas da cidade.

Para tanto, a UFECO participa ativamente de várias frentes de luta pelo direito a cidade e pela qualidade de vida em Florianópolis. Recentemente participou das mobilizações de apoio da “Operação Moeda Verde”⁵ e participa ativamente do controle social, com representação nos Conselhos Municipais de Direito, - da promoção da regularização fundiária

⁵ Batizada de Moeda Verde pela Polícia Federal (PF), foi deflagrada em 03 de maio de 2007, quando, por determinação da Justiça Federal, foram cumpridos mandados de prisão temporária contra políticos, empresários e funcionários públicos de Florianópolis e de busca e apreensão em órgãos públicos, empresas e residências, expedidos em inquérito que investiga a existência de um esquema de venda de leis e atos administrativos de conteúdo ambiental e urbanístico, em favor de grandes empreendimentos na Ilha de Santa Catarina. Segundo a PF, o esquema fraudava ou criava novas leis e licenças ambientais para legalizar a construção de empreendimentos imobiliários em áreas de preservação permanente. (SILVA, 2008:30)

e construção de habitação popular nas comunidades mais pobres, do Núcleo Gestor do Plano Diretor e do Fórum da Cidade.

A última eleição para a diretoria foi realizada em 2007, contando com a participação de uma chapa e trinta associações votantes, elegendo a Ângela Maria Liuti (que havia sido secretária da UFECO por oito anos) como Presidente. A diretoria executiva compõe-se dos cargos de: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e Segundo Secretário, Tesoureiro e Segundo Tesoureiro, Diretor de Comunicação, Diretor de Cultura e Lazer. Possui um Conselho Fiscal e com a divisão da cidade em sete regionais, Coordenadores das regiões Continente I e II, Maciço, Bacia do Itacorubi, Ilha Leste, Norte I e II e Sul I e II.

2.3 Fórum da Cidade

O Fórum da Cidade é criado a partir de movimentos e entidades comunitárias e se constitui num espaço de articulação entre diferentes sujeitos (individuais e coletivos) da sociedade civil visando a qualificação do processo de elaboração das políticas urbanas do município de Florianópolis. É um espaço para o debate e encaminhamento sobre as questões da vida na cidade que, buscando a qualidade da mesma, potencializa as reivindicações e as ações das organizações sócio-comunitárias dentro da arena do espaço público. Nesse sentido promove ações que apontam na direção da democracia participativa, da cidadania e promoção da justiça social⁶.

Trata-se de um movimento supra-partidário que reúne, portanto, os dirigentes do movimento sócio comunitário, profissionais e acadêmicos que elaboram políticas, assessoram movimentos sociais, viabilizam espaços de atuação militante e realizam o compromisso social da academia.

O I Fórum da Cidade foi realizado em 05 e 06 de outubro de 2001 no ginásio da Escola Técnica de Santa Catarina em Florianópolis. Esse encontro reuniu 81 entidades e 220 pessoas, incluindo lideranças e militantes comunitários e ambientalistas, professores e alunos das universidades da área metropolitana. Nesse encontro foi discutido o tema "A cidade que queremos à luz do Estatuto da Cidade", a partir da divisão das pessoas em grupos de trabalhos que discutiram às temáticas: 1. o conhecimento, difusão e aplicação do Estatuto da Cidade; 2.

⁶ Informação disponível em: <http://www.portalsocial.ufsc.br>. Acesso em: 19/05/09.

o fortalecimento e articulação do associativismo; 3. o levantamento das reivindicações das diferentes comunidades e construção de uma agenda comum de lutas. Desse encontro resulta uma plataforma de reivindicações e uma agenda de lutas. (I FÓRUM DA CIDADE, 2001)

No segundo semestre de 2002, o Fórum da Cidade organizou “seminários regionais”, divididos em cinco pontos da cidade de forma a abrangê-la por completo. Destes seminários regionais é pensado e desenvolvido o II Fórum da Cidade, de acordo com Burgos (2007, p. 131)

O II Fórum foi pensado, por um lado, como um encontro em que a discussão coletiva permitisse desenhar ações coletivas que possibilitassem a intervenção no processo decisório relativo às políticas urbanas do município; nessa direção o Fórum foi denominado *Construindo movimentos visando uma gestão democrática e um Plano Diretor participativo e sustentável para Florianópolis*.

Nesse mesmo período o Ministério das Cidades lançou o processo de Conferência das Cidades; tendo em vista a incerteza da adesão da Prefeitura Municipal nesse processo o Fórum se organizou para servir como “espaço privilegiado para preparar a participação do movimento sócio-comunitário na Conferência Municipal” (BURGOS, 2007, p.132). Em consequência do II Fórum foi elaborada a sistematização de um conjunto complexo de propostas de políticas urbanas com base nas reivindicações comunitárias apresentadas nos dois Fóruns e também um documento público que define suas características organizacionais e seu programa geral de ação que se denomina “Manifesto do Fórum da Cidade aos cidadãos Florianopolitanos.

A participação do Fórum da Cidade na I Conferência Municipal foi marcada por uma luta em prol de práticas democráticas participativas. “O FC denunciou por diversos meios várias irregularidades, em particular a violação do princípio de “ampla e irrestrita participação” (BURGOS, 2007, p.133) que culminou em uma disputa entre dois projetos de cidade distintos⁷.

Em 2004 houve o ingresso no Fórum da Cidade de um conjunto de entidades ambientalistas, que culminou na ampliação de sua militância política. O evento político

⁷ A 2ª Conferência da Cidade aconteceu em 2005, dentre os resultados alcançados: foi ter começado a prevalecer a necessidade de um Plano Diretor Integrado e participativo para a cidade e a eleição de uma comissão provisória para a elaboração de um proposta de “Conselho da Cidade” (previsto no Estatuto da Cidade)

denominado III Fórum da Cidade foi pensado “como uma série de eventos organizados na forma de debates com os candidatos a vereadores e a prefeitos para a eleição de outubro de 2004, nos quais o FC objetivava discutir o seu programa de reivindicações e obter alguns compromissos políticos dos candidatos” (BURGOS, 2007, p.134). Nos eventos realizados, um total de oito, foi contabilizada a presença de 31 candidatos a vereador e 496 participantes. A sistematização das reivindicações nesse Fórum, somadas as propostas dos outros dois foram apresentadas à sociedade num jornal que também foi encaminhado aos candidatos à Prefeitura Municipal.

O IV Fórum da Cidade aconteceu nos dias 23 e 24 de junho de 2006, com a denominação “Florianópolis frente ao Plano Diretor e à Gestão democrática da Cidade”. Vale salientar, que este Fórum contou com a participação de representantes do poder público municipal. Segundo Burgos (2007, p.145) “o IV Fórum foi palco de um acordo explícito entre o poder público municipal e os movimentos sociais em torno da necessidade de definir uma metodologia efetivamente democrática e participativa para a elaboração do Plano Diretor da Cidade”.

O Evento V Fórum da Cidade, realizado no dia 23 de março de 2008, apresentou as experiências de participação e organização popular vividas pelos núcleos distritais nas suas bases locais e regionais. Foi realizada uma reflexão sobre as particularidades geo-físico-ambientais, culturais, econômicas e sociais das regiões da Cidade, a fim de alcançar a “construção de uma consciência coletiva e crítica sobre uma concepção de Cidade, que ofereça possibilidades de superação de modelos ultrapassados (de Cidade), sustentados em exclusões, segregações e privilégios que desumanizam ao invés de construir igualdade e solidariedade, nas relações de convivência humana da Cidade” (UFECO, 2007).

Diante do exposto é possível afirmar que o Fórum da Cidade, busca com suas práticas desenvolver ações para que seja possível pensar Florianópolis como uma cidade democrática, participativa e comprometida com seus cidadãos no que diz respeito à qualidade de vida dos mesmos. Também contribuiu para potencializar o movimento popular comunitário na direção da formulação de uma política urbana para Florianópolis.

2.4 Plano Diretor Participativo

O Plano Diretor Participativo está previsto na lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001,

que estabelece as diretrizes gerais das políticas urbanas. No seu Cap. 1, Art. 2º, alínea II, prevê a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001) e no seu Cap. 3 aborda especificamente as atribuições do Plano Diretor.

O plano diretor é obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, áreas de especial interesse turístico e que possua influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

De acordo com o exposto, o Plano Diretor de Florianópolis “é o movimento de trabalho coletivo e democrático que é dirigido à definição de princípios, diretrizes e proposições de normas legais e de programas de investimento integradores da política de desenvolvimento do município e orientadoras da ação dos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o território municipal” (FLORIANÓPOLIS, 2008).

Para tanto, a população, dividida por regiões é responsável pelo:

Diagnóstico das grandes prioridades; formulação e execução do Plano Diretor com base na gestão democrática da Cidade; controle e implementação do PD, na direção de uma utopia, de uma nova concepção de Cidade, de um novo perfil ou uma nova cara da “Cidade que queremos” e que se sustenta pedagogicamente num processo dinâmico de democracia participativa. (UFECO, 2007)

O Núcleo Gestor é um órgão colegiado que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, de natureza temporária de caráter consultivo e deliberativo no âmbito de suas competências, integrante da estrutura de revisão do Plano Diretor de Florianópolis, que tem como competência “emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da lei 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano”. Para tanto a cidade foi dividida em treze núcleos distritais. Com o objetivo de elaborar, em primeiro lugar, a “Leitura da Cidade” como um instrumento para identificar e entender a situação do território municipal, com seus problemas, conflitos e potencialidades.

Para tanto foi previsto a realização das leituras técnicas e das leituras comunitárias que ocorreram durante o ano de 2007 (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006)⁸.

No momento da defesa deste trabalho o processo do PD vive um impasse político. Sem ter acabado a primeira fase das etapas previstas, o prefeito da cidade encerrou o processo participativo frustrando o movimento social empenhado no planejamento participativo do seu bairro e da cidade. O Núcleo Gestor, impulsionado pelos componentes da sociedade civil auto-convocam-se e retomam os trabalhos exigindo a participação do poder público. Diante da recusa do poder público, o Núcleo Gestor Municipal auto-convocado analisa a possibilidade de uma ação jurídica para garantir a continuidade do processo participativo.

Ao finalizar esta seção é possível compreender a importância do associativismo civil no desenvolvimento das lutas coletivas pela qualidade de vida e relações democráticas em Florianópolis.

⁸ Sobre o Plano Diretor Participativo consultar <http://www.ipuf.sc.gov.br>

3. UM RESGATE HISTÓRICO DAS LUTAS COMUNITÁRIAS DA REGIÃO DO MONTE CRISTO

Esta sessão apresentará a Região do Monte Cristo e a história da luta das associações em que se organizam os moradores da Região do Monte Cristo a partir de três eixos centrais: a) o questão da auto-organização das comunidades; b) as necessidades apresentadas na vida cotidiana e as lutas decorrente das mesmas; c) as relações estabelecidas com o Poder Público e demais instituições.

Para um melhor detalhamento, a história das lutas serão divididas em três períodos de Governo Municipal: de 1993 a 1996 gestão do Prefeito Sérgio José Grando, de 1997 a 2004 gestão da Prefeita Ângela Amim e de 2005 até o presente momento com a gestão do Prefeito Dário Berger.

3.1 Região do Monte Cristo

O Monte Cristo é um bairro localizado na região do Continente da Grande Florianópolis no Estado de Santa Catarina. Sua população, segundo o IBGE (BRASIL, 2000), é de 12.634. A população desta área é constituída, principalmente, por migrantes do Oeste Catarinense e do Planalto Serrano, que chegaram ao município em busca de melhores condições de vida, caracterizada pela possibilidade de tratamento de saúde, de educação para os filhos e trabalho.

Esse bairro é constituído por nove comunidades e cada uma possui a sua associação de moradores. São elas: Monte Cristo, Promorar, Conjunto Panorama, Nova Esperança, Santa Terezinha I e II, Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória. As associações foram fundadas, em sua maioria, nos primeiros anos da década de 1990, com exceção da associação da comunidade Monte Cristo que foi fundada, ainda no ano de 1986⁹.

⁹ Devido ao prazo determinado para a elaboração do presente trabalho e das dificuldades encontradas ao longo da pesquisa não foi possível obter os documentos e registros de todas as associações de moradores da região. A trajetória histórica, que foi possível resgatar, será exposto no apêndice deste trabalho. Vale ressaltar que esse conteúdo é parte integral da presente pesquisa e requer, ainda, uma maior elaboração textual.

Das instituições existentes no bairro destaca-se o Centro de Educação e Evangelização Popular CEDEP que promove atividades junto às crianças e adolescentes das comunidades desde 1990 quando foi criado e tem contribuído com as comunidades de forma expressiva. Consultado sobre o papel do CEPEP, o morador da comunidade Novo Horizonte Dinarte Veridiano da Costa, relata em entrevista realizada em junho de 2009:

Quando a região foi ocupada não havia escolas aqui, tendo em vista que era um espaço sem habitações. Pensando a educação buscamos entre os ocupantes Professores e com o apoio do Padre Vilson foi formado o CEDEP. Foram três anos de luta para conseguirmos o terreno. O Governador Esperidião Amim apoiava a doação e a, então Prefeita Ângela Amim não apoiava. A Prefeita queria utilizar o terreno para construir um parque para a comunidade, mas aqui não tem visão, é muito afastado o que poderia fazer com que fosse mal utilizado. O terreno só foi doado no Governo do Dário e faz uns quatro anos que essa estrutura foi construída.



Ilustração 1: Sede do CEDEP

Ao lado da sede do CEDEP, no bairro, existem dois barracões que foram construídos para abrigar os moradores da comunidade Chico Mendes enquanto aguardavam o término das obras do Projeto Habitacional. Sobre isso Dinarte Veridiano da Costa comenta que “enquanto as casas eram construídas, colocavam as pessoas em barracões com divisórias, de tal forma que cada família tinha seu espaço e quando iam para as casas os barracões eram desfeitos, pois se deixavam construídos outros invadiam ou ainda, vendiam a casa e voltavam para o barracão”.



Ilustração 2: Barracões

Há, também o Lar Fabiano de Cristo, que trabalha com crianças no período da manhã e noite e promove diversos auxílios à comunidade. A missão da instituição é “promover integralmente famílias em situação de exclusão social, através do enfrentamento das causas que produzem as situações de miséria material, social, moral e espiritual, contribuindo para o seu equilíbrio” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2008).

Como resultado da articulação entres as lideranças comunitárias, da região, foi fundado em 08 de setembro de 2001 o Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo – CARMOCRIS, que será apresentado, de forma detalhado, na próxima sessão.

Em 2008 foi fundado o Conselho Regional de Articulação Comunitária do Bairro Monte Cristo, com o objetivo de promover a articulação das entidades comunitárias do Bairro Monte Cristo, com características e finalidades semelhantes ao CARMOCRIS.

A seguir será apresentada a historia de lutas comunitárias da Região do Monte Cristo.

3.2 Primeiro Período: 1993 à 1996 – Prefeito Sérgio Grando

A década de 1980, conforme já foi apresentado, é marcada pelo ideário da democracia, apoiada na luta pelos direitos civis, sociais e políticos que ganham um destaque nacional quando é promulgada a Constituição Federal de 1988. É com esse espírito de luta por direitos

que as comunidades do Monte Cristo se organizam para fundar suas associações de moradores, a fim de conquistarem uma qualidade de vida urbana.

As associações de moradores, em cada comunidade, foram fundadas, a partir de diversas formas de organização embrionária dos moradores, para servir como espaço de discussão e debate sobre as questões coletivas da comunidade e como mecanismo de negociação destas junto ao Poder Público. De acordo com Teixeira (2002, p.29) “No Brasil, canais de interlocução entre Estado e sociedade e entre os próprios atores também foram sendo instituídos à medida que o processo de redemocratização se desenvolvia”. Representando dessa forma, um canal alternativo de organização da comunidade.

É possível destacar que as comunidades, em questão, apesar de estarem situadas na mesma região, têm suas particularidades quanto às suas demandas prioritárias e as estratégias de enfrentamento para a solução das mesmas.

Esse período é marcado pela prática das comunidades em organizar “mutirões” de trabalho. As associações, ao longo de suas trajetórias, apresentam uma preocupação em conseguir e garantir os recursos para viabilizarem as obras necessárias e, para a mão-de-obra, se auto-organizavam quanto ao tempo de serviço, às funções de cada um, às punições para quem não trabalhasse de acordo com o combinado, entre outros. Essa prática foi legitimada pelos órgãos públicos que “cediam” os recursos e, se a comunidade trabalhasse, não era preciso pagá-los, contratando apenas os serviços que os moradores não eram aptos a realizar. Houve ainda, momentos em que as comunidades arrecadaram os recursos a partir da realização de eventos festivos locais e organizavam os mutirões para construírem as obras necessárias.

A análise histórica das associações permite afirmar que a primeira luta desenvolvida foi em torno da terra nas quais as comunidades já estavam estabelecidas, pois durante a ocupação e no decorrer dos anos seguintes, construíram suas habitações (mesmo que de forma precária, a partir da utilização de madeira, compensado e demais materiais com custos baixos ou sem nenhum custo) e, dessa forma, reivindicavam o direito à propriedade. Em paralelo há a luta pela habitação, por parte de algumas comunidades, que passam a reivindicar junto aos órgãos públicos os recursos para a construção de suas casas¹⁰.

¹⁰ A questão da luta pela habitação aconteceu de forma diferenciada em cada comunidade no decorrer da década de 1990: a comunidade Nova Esperança se organizou e buscou junto à Prefeitura Municipal recursos monetários, materiais e humanos para construírem as suas casas; parte da população do Monte Cristo foi removida para a parte de baixo do morro e colocada em casas que foram construídas,

A infra-estrutura local significou uma luta intensa travada pelas comunidades, no que diz respeito às estratégias que foram utilizadas e o tempo que foi necessário para sua efetiva concretização. A questão da iluminação pública e privada faz parte desse quadro.

As comunidades passam a reivindicar o saneamento básico, tendo em vista a utilização de “patentes” ou “privadas”, pois, não havia banheiros nas casas o que significava não apenas uma questão de higiene e dignidade social, mas uma questão de saúde pública. Havia também a questão das ruas serem de terra o que, quando havia chuvas intensas, impossibilitava a mobilidade na comunidade, pois formavam-se grandes poças de água. Por volta de 1994, esse foi um tema de debate em todas as associações devido ao Projeto Pró-Sanear da Prefeitura Municipal, através de operadores municipais que passaram a participar das reuniões nas comunidades, disseminando a idéia de educação ambiental e saneamento básico.

O calçamento e a pavimentação das ruas são lutas que demoram, em alguns casos, quase dez anos para serem concluídas, pois havia a relação direta com a questão do saneamento, para fazê-los era necessário antes fazer o saneamento.

O lixo significou um problema para todas as comunidades no que se refere a seu armazenamento e coleta, bem como a questão da limpeza dos espaços públicos, como as ruas. O seu armazenamento inadequado acompanhado pela falta de coleta fez com que em algumas comunidades proliferassem os ratos que são transmissores de doenças aos seres humanos.

A Casa Comunitária, entendida pela comunidade como um espaço de socialização para os moradores, onde são realizados eventos festivos, cursos profissionalizantes e um espaço para as crianças, entre outros, marca presença significativa na luta das associações desde sua fundação (até pela ausência de uma área de lazer).

Para fortalecer e garantir a luta comunitária, as associações se organizaram e escolheram representantes locais que participaram do Orçamento Participativo e do Fundo de Moradia, prática que se manteve ao longo dos anos do Governo da Frente Popular, pois representava uma forma democrática de decisão sobre a solução dos problemas cotidianos. A participação nesses espaços significa o reconhecimento do “aspecto essencial da democracia

onde é, atualmente, a comunidade Promorar; as comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte foram incluídas no Programa Habitar Brasil desenvolvido na década de 1990; em 2008 iniciou-se a construção de doze casas que deverão ser ocupadas pelas comunidades Santa Terezinha I e II, e que até agora encontram-se inacabadas; o Conjunto Habitacional Panorama é um projeto oriundo do poder público.

de nosso tempo, não só no uso da lei, mas no controle de sua aplicação, e de definir as formas possíveis de utilização democrática desse controle” TEIXEIRA (2002, p.39).

Foram significativas, para a luta das associações, as parcerias firmadas ao longo de sua trajetória com instituições, como o CEDEP, a UFSC, UDESC, entre outras, que contribuíram para a educação e o lazer das crianças, para a educação de adultos, para a promoção de cursos profissionalizantes e outras formas de apoio.

Nesse primeiro momento ainda, as associações significaram um espaço para a comunidade discutir seus problemas de convívio uns com os outros. O papel da associação foi de mediador entre as partes interessadas. Visando a garantia da harmonia e bem estar coletivo e o máximo coletivo naquelas condições de precariedade. Elaboraram regimentos internos que contemplavam as normas referentes ao lixo, ao barulho, entre outros, na vida comunitária. Algumas associações elaboraram também, regimentos para garantir a habitação da população, tendo em vista que foram contempladas com projetos habitacionais e foram responsáveis por garantir que os moradores cumprissem com o acordo exigido pela Prefeitura, como o fato de não alugar ou vender a habitação.

3.3 Segundo Período: 1997 à 2004 – Prefeita Ângela Amim

O “mutirão” é uma prática que se mantém nas comunidades como uma via para satisfazerem suas necessidades. A partir dele fazem as reformas nos centros comunitário.

A moradia continua no rol das lutas comunitárias. Nesse período entra em cena o Programa Habitar Brasil, abrangendo três comunidades da região (Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória), conforme já foi dito, com uma proposta de envolver a população beneficiária nas decisões em relação a implantação do projeto. Nesse sentido a Prefeitura busca as associações de moradores, que representam os beneficiários, que, de forma mais ou menos efetiva, tiveram como atribuições “participar efetivamente em todas as etapas do processo, desde a definição e aprovação do projeto integrado até sua avaliação final, informando e difundindo junto à comunidade os seus diversos aspectos” (SILVA, 2008, p.117). A moradia fica então, por um longo período, como foco principal das lutas até a implantação do projeto.

Havendo um projeto em comum as associações de moradores mantêm uma relação mais próxima, participando de reuniões umas das outras e de outras reuniões que tratassem do projeto. Dessa forma, ampliam a discussão para além do projeto, discutindo sobre as necessidades em comum, como a coleta de lixo, experiências de como solucionar os problemas, entre outros.

Esse período é marcado por um forte movimento das associações na promoção de eventos festivos em datas comemorativas (Festas Juninas, Dia das Mães, Dia das Crianças, Festas de Final de Ano, entre outras) nas comunidades a fim de arrecadar recursos. Esses recursos foram utilizados para fazerem reforma nos centros comunitários, no pagamento das despesas decorrentes da utilização dos mesmos como taxa de luz e água, na compra de infraestrutura, em geral, para mobiliá-los.

Uma questão importante nesse período às comunidades é a questão do lixo nas ruas e depositados em locais públicos. Há um forte movimento para sanar esse problema. Como estratégia encaminham ofícios solicitando os serviços e são realizadas inúmeras reuniões para discutirem sobre o problema junto aos órgãos responsáveis e, numa campanha de educação ambiental, colocam placas nas ruas solicitando para que não seja jogado lixo nas ruas.

O abastecimento de água potável, até esse momento, significava uma necessidade presente para a comunidade e foi central nas lutas das associações.

A luta por creche entra nesse período como ponto de pauta de discussão na reunião de todas as associações. Nesse sentido a luta foi intensificada para a obtenção de um terreno, recursos financeiros para sua construção e manutenção. Uma das comunidades fez, inclusive, um levantamento do número de crianças da comunidade que precisariam desse serviço.

A saúde, nesse período, entra como um desafio às associações com o objetivo de manter a qualidade e ampliar o serviço prestado pelo Posto de Saúde da Região. Porém, tendo em vista que o Posto prestava atendimento para todas as comunidades esta era uma responsabilidade grande demais para uma delas assumir como própria e indicava a necessidade de uma organização conjunta.

Há um crescimento significativo na procura por parceiros para desenvolver nas comunidades cursos profissionalizantes para adultos. Dos cursos oferecidos há uma predominância daqueles de trabalho manual como o de corte e costura e culinária, entre outros. A partir da análise da história das associações é possível afirmar que a maioria dos cursos oferecidos foram destinados ao gênero feminino, como mecanismo de ampliar a renda

familiar. Além de cursos profissionalizantes houve um apelo muito grande para aulas de alfabetização para adultos.

Nesse momento, a UFECO passou a buscar as suas bases na região para apresentar a entidade e estimular a filiação das associações. Para tanto, representantes da entidade participaram das reuniões comunitárias. É possível perceber que a função e finalidades da UFECO não ficaram de todo esclarecidas para as associações e a relação estabelecida entre ambas foi muito frágil, apontando para uma falta de envolvimento da UFECO com as suas bases.

Fruto desse intenso envolvimento nas lutas conjuntas, as associações, a partir de um representante de cada, fundam o CARMOCRIS, no qual se articulam as lutas pelas necessidades em comum das nove comunidades, e a busca conjunta das resoluções. Um caso exemplar é a luta pela área de lazer. Nesse período uma área de lazer é apresentada como uma necessidade de todos e para resolver esse problema são desenvolvidas discussões no Conselho, no qual todos pensariam alternativas e estratégias. A área de lazer, portanto, não significou uma luta de cada associação e sim uma luta travada por todas elas à partir do CARMOCRIS.

3.4 Terceiro Período: 2005 à 2009 – Prefeito Dário Elias Berger

Nesse período é possível observar que as associações realizam reuniões de forma esporádica, não há mais um cronograma para a realização das mesmas. A associação passa a se encontrar quando há, especificamente, um assunto para discutir e resolver; ou seja, não havendo um problema significativo na comunidade, não há reunião na associação de moradores. Dessa forma inicia-se a prática informal de discutir sobre os problemas comunitários no cotidiano das pessoas e não de forma institucionalizada como em reuniões. Durante esse período há um significativo decréscimo dos registros de reuniões nos Livros Atas. Há associações, como exemplo, que não tem nada registrado há quase dois anos.

A participação popular nas reuniões diminui e em paralelo há o aumento da centralidade da luta na figura do presidente da associação. As associações discutem essas questões e buscam estratégias para seu enfrentamento.

As lutas que marcaram esse período foram em torno da ampliação da iluminação pública, tendo em vista a segurança das pessoas que se mobilizam durante o período noturno e para aumentar o número de pontos de ônibus para contemplar de forma mais ampla as regiões das comunidades. A questão da limpeza das ruas ainda promove debates entre as associações. Há ainda a discussão, por parte de todas as associações sobre a necessidade de uma área de lazer e como forma de enfrentamento da questão, levam essa demanda ao CARMOCRIS e por meio deste lutam de forma conjunta para conquistá-la

Em 2008 foi fundada uma nova entidade de articulações: o Conselho Regional de Articulação Comunitária do Bairro Monte Cristo. Em entrevista realizada em junho de 2009, O Sr. Dirceu Antônio da Silva – Presidente do CARMOCRIS – relata sobre a fundação do Conselho:

Esse conselho foi fundado no ano passado pelo Claudio, que é morador da comunidade Nova Esperança e pelo Raulino, que é morador do Promorar. Os dois faziam parte do CARMOCRIS, hoje a Melita que é da comunidade Nova Esperança, mas não faz mais parte da associação de moradores, participa do CARMOCRIS (ela estaria informal, mas continua contribuindo muito para a luta comunitária). Para ocupar os cargos do CARMOCRIS foi definido, no seu estatuto, que deveria haver um rodízio entre as comunidades na ocupação dos cargos da diretoria e a cada dois anos fazemos a eleição. O Raulino queria a Presidência do CARMOCRIS na ultima eleição que foi feita, no ano passado, mas como o Chico já havia sido Presidente do CARMOCRIS e ele é morador do Promorar não poderia ser o Raulino o Presidente, por isso ele, com o apoio do Claudio fundaram o novo Conselho.

Esse conselho foi criado para ser um canal alternativo de resolução dos problemas comunitários, devido à insatisfação com a gestão do CARMOCRIS. Sua fundação significa, no entanto, a divisão da participação comunitária em duas entidades que lutam por um mesmo objetivo, fragilizando, assim, o movimento sócio-comunitário.

Como estratégia para não enfraquecer o CARMOCRIS a atual gestão tem procurado os presidentes das associações e discutido sobre a importância de fortalecer o movimento comunitário a partir da união em uma só entidade ao invés de segregá-lo, a partir da formação de novas entidades.

4. O CARMOCRIS: A CULMINAÇÃO DE UMA HISTÓRIA DE ARTICULAÇÕES COMUNITÁRIAS

Esta sessão abordará a trajetória histórica do CARMOCRIS, a partir dos mesmos três eixos centrais apontados anteriormente: a) a questão da auto-organização das comunidades; b) as necessidades apresentadas na vida cotidiana e as lutas decorrente das mesmas; c) as relações estabelecidas com o Poder Público e demais instituições.

O Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo (CARMOCRIS) é uma organização criada a partir da união das nove Associações de Moradores do Bairro Monte Cristo, com o objetivo de fortalecer a luta social, em prol do bairro, tendo em vista que essa unificação abrange um número maior da população e, portanto, fortalece a luta como um todo.

A reunião de fundação do CARMOCRIS ocorreu no dia 08 de setembro de 2001 e contou com a participação de representantes das associações de moradores das comunidades Promorar – Francisco dos Santos; Monte Cristo – Leonir Alves; Nova Esperança – Claudio Edmilson Machado e Norival Barreto; Novo Horizonte – Luiz Gonzaga Demétrio e Chico Mendes – Joaquim Nogueira dos Santos.

A Comissão Pró-conselho, constituída a partir das discussões entre os líderes comunitários, encaminhou um ofício convocando a presença de representantes das nove associações de moradores da região para participarem desta reunião. No entanto, não houve representação das associações de moradores das comunidades Santa Terezinha I e II, Conjunto Habitacional Panorama e Nossa Senhora da Glória. Questionado sobre a atuação da comissão Pró-conselho e a fundação do CARMOCRIS o Sr. Dirceu Antônio da Silva relata que:

A idealização do CARMOCRIS começou a partir de conversas entre as lideranças comunitárias, em especial o Chico, que foi quem primeiro pensou a criação de um Conselho em que todas as associações participassem para partilhar problemas e pensar soluções. Ele foi convidando as lideranças, junto com o Professor Norberto, que também foi um dos grandes responsáveis pela fundação. A comissão pró-conselho foi formada pelo Chico e as lideranças que estiveram envolvidas na fundação.

Na época, a associação de moradores da comunidade Chico Mendes encontrava-se numa situação em que havia a impossibilidade de identificar seu presidente. As entidades presentes à reunião reconheceram o Sr. Jair Alves como a liderança representante da comunidade e, superando provisoriamente o impasse, deliberaram que essa comunidade teria o direito de encaminhar seu representante para compor o CARMOCRIS. Questionado sobre esse impasse da Comunidade Chico Mendes, o Sr. Dirceu Antônio da Silva relata que: “a prefeitura estava fazendo o projeto habitacional da comunidade e a maioria dos moradores estavam num alojamento, o que impedia as ações da associação serem legítimas”, ou seja, não havia como realizar uma eleição para escolher o representante para participar do CARMOCRIS, pois os moradores estavam temporariamente abrigados nos barracões.

Essa deliberação se estendeu às demais associações de moradores que não compareceram a reunião, ou seja, foi deliberado que as associações teriam o direito de encaminhar seus representantes para compor a Comissão Provisória (até a eleição da primeira diretoria) que seria composta pelos participantes dessa reunião.

Portanto, a partir dessa reunião formou-se uma comissão provisória responsável por elaborar o estatuto e o regimento interno do Conselho, no prazo de noventa dias, além de verificar junto ao órgão responsável – Secretaria Estadual de Educação – a concessão do espaço físico para a sede do CARMOCRIS, previsto na Rua Professor Egidio Ferreira, esquina com a Rua Joaquim Nabuco; junto a Escola Estadual Básica América Dutra Machado.

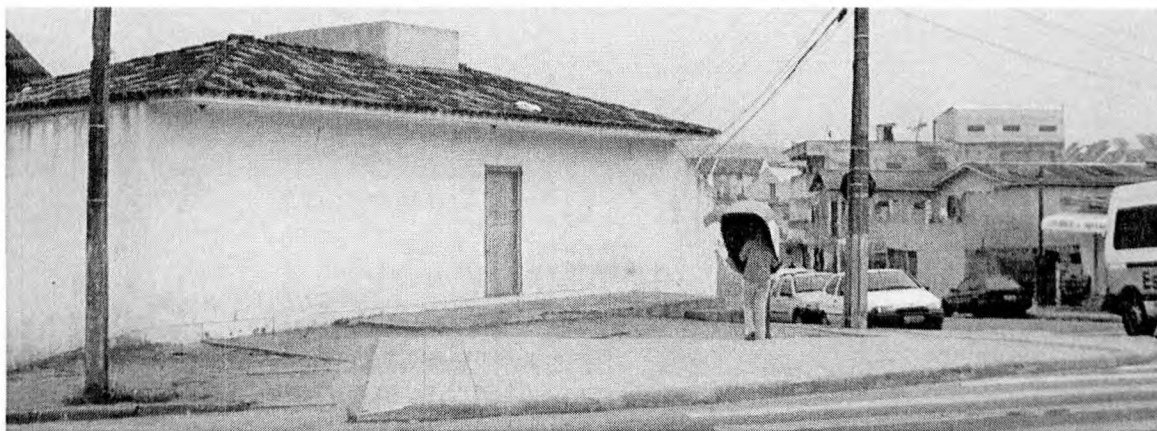


Ilustração 3: Sede do CARMOCRIS

No dia 24 de agosto 2002 foi realizada, na sede do CARMOCRIS – no local que havia sido previsto pela comissão provisória – uma reunião com o objetivo de analisar e aprovar a proposta do Estatuto.

Nessa reunião houve a representação das associações de moradores das comunidades Novo Horizonte, Nova Esperança, Santa Terezinha II, Promorar e também, do Conselho Comunitário do Conjunto Habitacional Panorama (CONCOSPAN), da Escola E. B. América Dutra Machado, num total de dezesseis pessoas. Sobre a aprovação do Estatuto, segundo Norberto Suhnel, relator da ata:

Todos os representantes presentes se manifestaram satisfeitos e orgulhosos por terem participado da Comissão Provisória e poderem neste momento, apresentarem o produto de seu trabalho coletivo [...] A proposta do Estatuto foi colocada em apreciação. Houveram diversas manifestações favoráveis à aprovação da presente proposta. Colocada em votação, foi aprovada, na íntegra e por unanimidade. (CARMOCRIS, 2002a, p.4)

Após sua aprovação, foi encaminhado para o dia 30 de agosto 2002 a realização da Assembléia Geral para a eleição da Coordenação Geral e Conselho Fiscal. Na data prevista, foi realizada a Assembléia para a eleição e posse da Coordenação Geral e do Conselho fiscal que contou com representantes das associações de moradores das comunidades PROMORAR, Chico Mendes, Nova Esperança, Novo Horizonte, Santa Terezinha II, Monte Cristo e Panorama e ainda cinco convidados – dois assistentes sociais, dois professores e um assessor jurídico. Faltando a participação das Comunidades Santa Terezinha I e Nossa Senhora da Glória. Foi composto e aprovado o seguinte quadro do Colegiado Pleno do CARMOCRIS:

Presidente: Associação Comunitária Promorar

Titular – Francisco dos Santos

Suplente – Aristeu Sutil de Oliveira

Secretário: Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança

Titular – Dinarte Veridiano da Costa

Suplente – Cláudio Edimilson Machado

Suplente da Coordenação Geral: Associação de Moradores da Comunidade Chico Mendes

Titular – Antônio Trajano Leite

Suplente – Edson Luiz Scampallo Saliba

Conselho Fiscal

1º Membro: Associação de Moradores da Santa Terezinha II

Titular: Dirceu Antônio da Silva

Suplente: Ivani Battistella da Silva

2º Membro: Associação de Moradores da Comunidade Novo Horizonte

Titular: Jorge Dutra

Suplente: Osmar de Freitas

3º Membro: Conselho Comunitário Panorama

Titular: João Manuel Antônio Nunes

Suplente: Almerindo Schmidt

Membro Suplente do Conselho Fiscal: Associação de Moradores do Monte Cristo

Titular – Leonir Alves

Suplente – Walmilson de Souza (CARMOCRIS, 2002b, p.4)

Após a posse do Presidente Francisco dos Santos foi passado ao mesmo a coordenação dos trabalhos da presente Assembléia. Segundo Dinarte Veridiano da Costa, relator da ata:

O Sr. Francisco manifestou sua alegria ao ver concretizado um sonho de muitos anos da Região do Monte Cristo, ou seja, o da constituição formal do CARMOCRIS. Relembrou as primeiras discussões ocorridas a partir de mil novecentos e noventa e quatro (1994), por ocasião do projeto Centros de Profissionalização Popular (CPP). (CARMOCRIS, 2002c, p.4)

Ainda nesta reunião, a Assistente Social Simone Matos Machado convidou o CARMOCRIS a participar da organização do “Seminário Regional do Fórum da Cidade” – parte continental sul da Capital. O Professor da UFSC Norberto Suhnel se manifestou dizendo que a participação nesse evento seria “o primeiro grande momento para se começar a buscar a resposta à pergunta: que Região do Monte Cristo queremos para nós e para nossos filhos?” (CARMOCRIS, 2002d, p.4).

No dia 07 de setembro 2002 o CARMOCRIS se reuniu para discutir sua participação no mencionado seminário. Nessa reunião extraordinária houve a participação de representantes das associações de moradores das comunidades Promorar, Chico Mendes, Nova Esperança, Novo Horizonte e Monte Cristo; também se fizeram presentes a Assistente Social Simone Matos Machado (representante do NESSOP/UFSC), a Sra. Albertina (representante da UFECO) e o Assistente Social Carlos Magno Nunes (representante do Fórum da Cidade) com o objetivo de prestar os esclarecimentos necessários sobre o seminário. Após avaliação e votação do grupo presente ficou determinado que o CARMOCRIS participaria do evento.

No dia 14 de setembro de 2002 o CARMOCRIS realizou uma reunião extraordinária com o objetivo de elaborar uma estratégia para a viabilização do seminário, porém, devido ao

baixo número de comparecimento dos membros fundadores – se fizeram presentes, apenas, representantes das associações de moradores das comunidades Promorar e Novo Horizonte e o Professor Norberto Suhnel. Os presentes acordaram que no dia 28 de setembro 2002 fariam uma reunião com a presença de todos os membros, titulares e suplentes, do CARMOCRIS, dos membros da diretoria das associações de moradores da Região do Monte Cristo e de lideranças comunitárias ligadas ao associativismo comunitário local a fim de discutirem e debaterem sobre as demandas comunitárias por saúde, educação segurança e etc. Para tanto, definiram que a mobilização para a reunião ficaria sob a responsabilidade dos presentes.

Durante o período entre setembro de 2002 à julho de 2004 não houve algum relato no Livro de Ata da Associação. Em entrevista, realizada em julho de 2009, o Sr. Dirceu Antônio da Silva afirma que “Algumas gestões não tiveram tanta preocupação, como outras, com os registros em Atas, fizeram diversas coisas pela comunidade, mesmo sem ter feito alguma Ata”. Sobre esse período é possível constatar as atividades realizadas, a partir do relato na data de posse da nova diretoria:

O Sr. Francisco manifestou sua alegria de estar participando da viabilização deste sonho, da união das comunidades da Região do Monte Cristo, e ressaltou as principais conquistas, dos últimos dois anos, ou seja, de impedir que a área frontal, ao conjunto Habitacional Panorama, fosse transformada em propriedade particular; dos cursos de primeiro e segundo graus oferecidos pelo SESI, em parceria e continuidade com o CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos); da reestruturação do Conselho Local de Saúde; da ampliação dos Serviços Profissionais, no Posto de Saúde; da aquisição, em comodato, de uma Ambulância Médica, em tempo integral, a serviço da Comunidade da Região do Monte Cristo; da permanência da Professora Elaine na Direção da Escola Básica América Dutra Machado; da viabilização de vários Cursos Profissionalizantes. De mesmo modo, destacou a contribuição de vários profissionais, dentre os quais, dos Assistentes Sociais Luiz e Simone, do Arquiteto Lino, do Bacharel em Direito Túlio, do Professor Norberto e da Professora Elaine. (CARMOCRIS, 2004b, p.16)

Em 18 de julho 2004 foi realizada uma Reunião Geral do Colegiado Pleno do CARMOCRIS para escolher a comissão eleitoral a fim de coordenar a sua segunda eleição para o período entre setembro de 2004 à agosto de 2006. Houve a participação de representantes das associações de moradores das comunidades Promorar, Chico Mendes, Nova Esperança, Novo Horizonte, Santa Terezinha II, Monte Cristo e Panorama. Foram designados para a comissão os Professores Norberto Suhnel e Elaine Torrico e o Sr. Leonir

Alves. No dia 25 de julho de 2004 foi realizada, na sede da Associação Comunitária do Promorar, a reunião para a eleição e assinatura do Ato de Posse da nova Coordenação Geral e do novo Conselho Fiscal do CARMOCRIS. Houve indicações das associações de moradores Chico Mendes e Nova Esperança para a ocupação dos cargos de Presidente, a votação foi realizada por voto aberto. A composição do quadro atendeu as exigências do estatuto do CARMOCRIS no que diz respeito ao rodízio da ocupação dos cargos, salvo em caráter excepcional, de acordo com o Art. 13º, o que ocorreu com o cargo de Secretário para o qual foi eleito pela segunda vez consecutiva a Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança. Nesse sentido foi composto e aprovado o seguinte quadro:

Presidente: Associação de Moradores da Comunidade Chico Mendes

Titular – Jair Alves

Suplente – Alfredo da Rosa Oliveira

Secretário: Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança

Titular – Cláudio Edimilson Machado

Suplente – Dinarte Veridiano da Costa

Suplente da Coordenação Geral: Associação Comunitária Promorar

Titular – Francisco dos Santos

Suplente – Luiza da Costa da Silva

Conselho Fiscal

1º Membro: Associação de Moradores da Comunidade Novo Horizonte

Titular: Jorge Dutra

Suplente: Luiz Gonzaga Demétrio

2º Membro: Associação de Moradores da Nossa Senhora da Glória

Titular: Veroni Jesus Carvalho

Suplente: Serlei Aparecida Silva Leite

3º Membro: Associação de Moradores da Santa Terezinha II

Titular: Dirceu Antônio da Silva

Suplente: Ivani Batistella da Silva

Membro Suplente do Conselho Fiscal: Conselho Comunitário Panorama

Titular – Ademar Joaquim Pereira

Suplente – Luiz Morais Costa (CARMOCRIS a, 2004;16)

É importante salientar que houve a representação de oito das nove associações de moradores da Região, ausentado-se, apenas, a Associação de Moradores da Santa Terezinha I. Além destas, fizeram-se presentes sete convidados.

A segunda diretoria realizou sua primeira reunião no dia 16 de outubro 2004, da qual participaram representantes das associações de moradores das comunidades Chico Mendes, Santa Terezinha II, Promorar, Monte Cristo, Nossa Senhora da Glória e Nova Esperança. Foi convidado o Professor Francisco Canella, representante da UDESC, para discutir a

possibilidade de viabilizar a inserção dos moradores inscritos num curso pré-vestibular dessa instituição. Também foi discutida a necessidade de uma área de lazer para a comunidade e, nesse sentido, encaminharam: 1- a convocação dos candidatos a Prefeito Municipal para uma reunião; 2- reunião com o Professor Lino Peres, do Curso de Arquitetura da UFSC, no dia 23 de outubro de 2004, para discutir o andamento do projeto da área de lazer (pretendia-se a concessão de um terreno na área da COHAB que encontrava-se sem construções, apenas com vegetações crescendo); 3- o envio um ofício ao Deputado Estadual Herneus de Nadal com o objetivo de solicitar apoio.

Na data prevista o CARMOCRIS se reuniu, porém o Professor Lino Peres não compareceu, justificando sua ausência. O Conselho decidiu que consultariam a Presidente da COHAB sobre a possibilidade de limparem o terreno – no qual projetava-se a área de lazer comunitária – para realizarem o “Dia do lazer”. Quanto à inserção dos moradores num curso pré-vestibular o Professor Francisco Canella, informou que não havia sido possível a UDESC contemplar todos os moradores aspirantes ao curso do pré-vestibular, apenas dois. O Conselho se manifestou contrário a esta alternativa, “o Conselho decidiu que ele chama todos quem fez as fichas ou ninguém” (CARMOCRIS, 2004c, p.19). Diante dessa decisão, não houve a participação dos alunos no curso pré-vestibular.

Essa diretoria preocupou-se em promover uma integração do Conselho com as Escolas locais para o objetivo de fortalecer a participação da comunidade no movimento sócio-comunitário, trazendo a reflexão de que a escola pode ser um espaço para mobilizar a comunidade à participar da luta: “é preciso envolver todas as escolas e creches da região, pois o número de pessoas que se atinge através das escolas é muito grande e produz um grande efeito” (CARMOCRIS, 2004d, p.22). Nesse sentido, realizou contatos e reuniões junto aos representantes das três escolas locais E.E.B. Aníbal N. Pires; E.E.B. Pero Vaz de Caminha e E.E.B. America Dutra Machado. Um dos destaques dessa parceria foi a luta pelo terreno para a construção da área de lazer.

Algumas das medidas encaminhadas na luta pelo terreno foram um ofício para o Governador do Estado solicitando uma audiência para apresentarem o pré-projeto sobre a área de lazer; um ofício ao Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina solicitando a participação do Professor Lino Peres nas atividades referentes ao pré-projeto e outro ofício ao Presidente da Eletrosul solicitando uma audiência para a integração da empresa dentro das ações sociais em desenvolvimento no Bairro Monte Cristo.

A Prefeitura propôs à comunidade construir a Cidade da Criança no terreno ao lado do Supermercado Big, onde a comunidade queria que fosse construída a área de lazer. Devido ao impasse a discussão sobre o terreno foi sendo prolongada ao longo do tempo.

Essa diretoria também se envolveu em questões referentes aos problemas do Posto de Saúde local, participando de reuniões na Secretaria Municipal de Saúde, a fim de fortalecer a luta comunitária em prol da resolução desses problemas. Sobre essa luta, Dirceu Antônio da Silva relata que:

Houve alguns problemas quanto a coordenação do Posto de Saúde Local. A comunidade vinha reclamando da falta de respeito, por parte da coordenação, com os pacientes. Devido a isso solicitaram ao Conselho Municipal de Saúde indicar outro coordenador, mas não foi feito, pelo contrário, continuou a mesma pessoa. Por isso o CARMOCRIS participou das reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, até conseguirem a substituição do cargo.

No mês de maio de 2005 o CARMOCRIS realizou uma reunião para discutir as prioridades das comunidades locais, na qual participaram as comunidades das regiões Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Nova Esperança, Novo Horizonte e Santa Terezinha II. Dentre os problemas apontados ressaltaram-se os relativos à infra-estrutura: inexistência de redes de esgoto, pouca iluminação e necessidade de pavimentação nas ruas, ampliação da segurança, inexistência de creches em algumas comunidades e ainda, a necessidade de cursos profissionalizantes para jovens e adultos. No mês de junho de 2005, o Conselho se reuniu com representantes da Escola E. B. América Dutra Machado, para discutirem sobre o lazer da comunidade, enquanto não havia a consolidação do projeto da área de lazer. Uma das alternativas sugeridas foi a utilização do espaço da escola, especificamente sua quadra de esportes. Esta alternativa também não foi possível porque a empresa contratada para o serviço não havia concluída a obra e se fazia necessária outra licitação. Conforme a ata a Diretora “Maria Clara fala sobre a história do processo da empresa construtora que não conseguiu terminar a obra e agora estão fazendo nova licitação que já está em fase final, prometendo o reinício das obras para o segundo semestre de 2005” (CARMOCRIS, 2005a, p.27).

As reivindicações pela concessão do terreno para a construção da área de lazer foram retomadas no mês de outubro de 2005 quando o CARMOCRIS, em reunião, programou o envio de um ofício à Secretaria Estadual do Continente, solicitando um posicionamento a respeito do andamento da tramitação. Em janeiro de 2006 a discussão foi retomada com novas

perspectivas, tendo em vista que o Deputado Federal Mauro Passos propôs uma emenda orçamentária alterando de quatro para dez milhões de reais o recurso financeiro para o terreno. Assim em reunião ficou definido que o CARMOCRIS buscaria apoiadores para a aprovação da Emenda, através do envio de uma carta à Bancada Federal – Deputados e Senadores de SC – e outra para o Governador Estadual.

Em junho de 2006 o CARMOCRIS voltou a se reunir tendo o terreno para a construção da área de lazer como questão principal de debate. A situação no momento se caracterizava pelo aguardo do repasse do terreno, pelo Governo Estadual, à Prefeitura Municipal ou à comunidade. Enquanto isso o CARMOCRIS se articulou junto à Secretaria do Continente e a Diretoria Regional do Continente da UFECO para solicitar apoio. Em julho do mesmo ano o CARMOCRIS se reuniu para decidir a data da nova eleição da Diretoria e Conselho Fiscal. A Eleição ficou marcada para o dia 26 de agosto e a posse no dia 1 de setembro de 2006. Nessa reunião o CARMOCRIS discutiu, também, sobre a utilização devida da ambulância que foi cedida ao posto de Saúde, preocupando-se com o controle do combustível, o não uso para fins particulares e o uso apenas em caso de real necessidade. Nesse sentido participariam das reuniões do Posto de Saúde para apresentarem essas preocupações. Na data prevista o CARMOCRIS se reuniu para realizar a Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal.

Presidente: Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança

Titular – Melita Marques

Suplente – Antonio Joel de Paula

Secretário: Associação de Moradores da Comunidade Panorama

Titular – Cláudio Edmilson Machado

Tesoureiro: Associação de Moradores da Santa Terezinha II

Titular – Dirceu Antônio da Silva

Conselho Fiscal

1º Membro: Associação Comunitária Promorar

Titular: Francisco dos Santos (CARMOCRIS a, 2006;33)

Na reunião solene de posse da nova diretoria, de acordo com relato “o Senhor Francisco dos Santos considerou que a direção do CARMOCRIS não significa a representação de uma entidade isolada e sim significa o entrosamento de todas as entidades [...] a importância de a diretoria do CARMOCRIS contribuir com todas as entidades associadas e não intervir em suas autonomias” (CARMOCRIS, 2006b, p.33). A então

Presidente Melita Marques “se declarou uma apaixonada pelo movimento comunitário, agradeceu a presença, agradeceu o apoio de todos e se comprometeu em encaminhar todas as reivindicações das comunidades e muito em especial a luta pela instalação plena do parque metropolitano”¹¹ (CARMOCRIS c, 2006, p.33).

Em agosto de 2007 é realizada uma reunião extraordinária com a finalidade de discutir sobre o terreno para a área de lazer, que se encontrava com uma placa sugerindo sua venda, conforme consta na Ata:

O assunto era sobre o terreno da COHAB destinado à construção do Parque Metropolitano, projeto do Deputado Mauro Passos que se transformou numa ementa de toda a Bancada Catarinense. Esse terreno que foi prometido para a comunidade até pelo Governador. Estava com uma placa de vende-se. Fato que causou estranheza aos cidadãos (CARMOCRIS, 2007a, p.35).

Nesse sentido, os presentes discutiram sobre as razões de não terem conseguido, ainda, a concessão do terreno. De acordo com o relato da ata “foi reconhecido pelos presentes uma acomodação na comunidade. Sendo que os órgãos públicos não ajudam na elaboração do projeto” (CARMOCRIS b, 2007;35).

O encaminhamento dessa reunião foi de que dois representantes locais procurariam a Câmara de Vereadores. Assim procederam e puderam constatar que o terreno estava destinado, no Plano Diretor, para uso como Área Comunitária Institucional – ACI, ou seja, “terreno apropriado para construção do parque. Fora isso só poderia ser construído escola e hospitais” (CARMOCRIS, 2007c, p.37). Outro encaminhamento foi o de marcar duas reuniões, a primeira com a Senadora Ideli Salvatti e a segunda com a Presidente da COAHB para discutirem sobre como está o andamento do projeto para concessão do terreno.

Nos dias 15 e 20 de maio e 11 de setembro o CARMOCRIS voltou a se reunir para discutir estratégias em relação à concessão do terreno; uma delas era a participação na Audiência Pública marcada para o dia 20 de setembro, afim de pressionar os órgãos públicos a resolver a questão.

¹¹ O Parque Metropolitano se refere a área até então denominada como “área de lazer”. A comunidade passa a chamar de Parque Metropolitano devido ao projeto que foi construído pelo Professor Lino Peres que contempla uma série de infra-estrutura, a fim de proporcionar o lazer para as diversas faixas etárias dos moradores.

Em julho de 2008 o CARMOCRIS se reuniu e discutiu dentre outras questões, a possibilidade de construir uma creche na comunidade; porém se estabeleceu um impasse: as associações expressaram a preferência de que a creche fosse construída na comunidade Nova Esperança, porém a Prefeitura propôs a construção noutro local. Nesse sentido, a discussão girou em torno da posição que o CARMOCRIS assumiria. A decisão foi que buscariam estratégias para que a construção fosse realizada no local desejado. Em entrevista, realizada em junho de 2009, o Sr. Dirceu Antônio da Silva relata que:

A comunidade Nova Esperança não tem espaço físico e a Santa Terezinha II tem, mas é muito pequeno. Ao lado do Supermercado Big tem quase quatro mil metros quadrados e o CARMOCRIS queria que fosse construído ali, pois é um terreno aberto que está servindo de depósito para lixos. Por outro lado, a Prefeitura queria que fosse construído no terreno do Parque Metropolitano. Atualmente o Vereador Deglauer está negociando esse terreno [ao lado do Supermercado Big] e nós estamos cobrando.

Outra questão levantada foi a data para as próximas eleições da Diretoria e Conselho Fiscal, marcada para 30 de agosto de 2008. Comemoraram, também, o recebimento de um computador que foi doado por um morador da comunidade, que permitiria a construção de um banco de dados “com relação aos horários das linhas de ônibus e dados de encaminhamentos de empregos para o pessoal do Monte Cristo, fazendo convênio com o Big, Angeloni, Havam, Estrela, Biguaçu. Fazendo convênio também com o Sistema Nacional de Emprego (SINE – SC)” (CARMOCRIS, 2008a, p.40).

Na primeira quinzena de agosto o CARMOCRIS se reuniu e voltou à discussão sobre o terreno para a creche, recebendo a informação, fornecida, pelo Professor e Secretario Regional do Continente Salomão, de que apenas 10% do terreno estaria disponível para a construção civil segundo a legislação, como estratégia o CARMOCRIS buscava apoio junto à Câmara dos Deputados. E, ainda, escolheram e aprovaram o logotipo do CARMOCRIS: “duas mãos dadas, as setas indicando as comunidades e os bonecos com o nome de cada comunidade, a cor dos bonecos será azul escuro com o letreiro preto e o fundo permanece em azul claro. (CARMOCRIS b, 2008;41).

No dia 30 de agosto 2008, conforme previsto, o CARMOCRIS se reuniu a fim de realizar a Eleição para a Diretoria Geral e o Conselho Fiscal, na qual houve a participação de representantes das Associações de Moradores das Comunidades Santa Terezinha I e II, Nova

Esperança, Novo Horizonte, Chico Mendes, Promorar e convidados, dentre os quais a Angela Maria Luitti – representante da UFECO. Após a votação foi composto o seguinte quadro:

Presidente Titular: Associação de Moradores da Santa Terezinha II

Dirceu Antônio da Silva

Suplente: Associação de Moradores da Santa Terezinha I

Darci Ferreira de Moraes

Secretário: Associação de Moradores da Comunidade Chico Mendes

Osvaldo Rosa

Tesoureiro: Associação Comunitária Promorar

Titular – Francisco dos Santos

Conselho Fiscal

1º Membro: Associação de Moradores da Comunidade Novo Horizonte

Luiz Gonzaga Demétrio

2º Membro: Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança

Melita Maria Marques

3º Membro: Conselho Comunitário Panorama

Vilson Silvano

A posse da nova Diretoria Geral foi realizada no dia 08 de outubro de 2008 e contou com a participação de representantes das Associações de Moradores das Comunidades Chico Mendes, Santa Terezinha II, Nossa Senhora da Glória, Nova Esperança e ainda, representantes da UFECO, do Sindicato do Comércio de Florianópolis e do Deputado Marcio de Souza. Nessa reunião a Diretoria apresentou, como trabalho a ser desenvolvido na gestão, “O curso de Formação de Lideranças¹², que será realizado em novembro de dois mil e oito, conclamando para a União e fortalecimento das Comunidades” (CARMOCRIS, 2008c, p.42).

¹² Trata-se de um curso que foi idealizado pelas lideranças do CARMOCRIS que buscavam uma formação política para a diretoria das suas bases – associações de moradores. Nesse sentido encaminharam uma solicitação à UFECO para que promovessem um curso de capacitação comunitária. A UFECO, com uma longa trajetória de parceria com o NESSOP, encaminhou um pedido de assessoria para a elaboração e o desenvolvimento desse Curso. O NESSOP, comprometido com a extensão universitária aceitou o desafio. O curso foi desenvolvido no formato de oficinas e foram trabalhadas, na sua 1ª Etapa, as temáticas referentes a vida organizativa da associação de moradores, tais como: o papel e a importância das associações de moradores, bem como suas finalidades e objetivos; o desenvolvimento e elaboração de ata, relatórios e ofícios; o Estatuto, a partir de explicações, por palestrantes, sobre o que preconiza o Código Civil Brasileiro e os elementos que o constituem. Na 2ª Etapa, foram realizadas “aulas práticas” com o objetivo de fortalecer a apreensão do conteúdo teórico que foi repassado, para tanto, foram priorizadas três associações de moradores, para realizar reuniões comunitárias, nesse sentido, foi contemplada a mobilização popular, a organização e forma de condução da reunião e a construção do Estatuto de forma participativa. Esse curso foi realizado durante agosto de 2008 a junho de 2009 e envolveu diretamente a participação da autora, deste trabalho, no decorrer de todo o processo como estagiária do NESSOP.

Em meados de dezembro, representantes do CARMOCRIS compareceram no Gabinete do Salomão Mattos – Secretário do Continente – para discutirem sobre o projeto da área de lazer, conforme relatado na Ata “em uma área de aproximadamente oito mil metros quadrados do qual constam: um espaço para idoso, uma mini-pista de skate, uma quadra polivalente (mini-ginásio coberto), play ground, uma creche, um centro de profissionalização e geração de renda, bem como uma pista de caminhada” (CARMOCRIS, 2008d, p. 43). Definindo assim, um primeiro esboço da alocação das construções e equipamentos de infraestrutura.

Essa Diretoria apoiou as eleições na Associação de Moradores da comunidade Chico Mendes. Nesse sentido, reuniram-se para discutir as questões legais e burocráticas necessárias ao processo eleitoral para que a eleição fosse realizada de forma transparente e legítima e, ainda, definiram de que forma auxiliariam a comunidade no dia da eleição.

A questão do terreno para a área de lazer voltou a cena em fevereiro de 2009, quando ocorreu uma Reunião do CARMOCRIS, na qual se fizeram presentes representantes do Vereador Badeko para trazerem a informação de que “o Vereador esteve com o Governador para conversar sobre o terreno e que ele [...] está passando o terreno à Comunidade” (CARMOCRIS, 2009a, p.47). Na ata do CARMOCRIS consta que no dia 12 de fevereiro 2009 o CARMOCRIS suspendeu uma reunião por falta de quorum.

Na reunião do dia 13 de março o Presidente do CARMOCRIS anunciou aos presentes que o terreno para o Parque Metropolitano seria entregue à Comunidade, oficialmente, no domingo do dia 29 de março 2009, às 10hs da manhã. Os presentes discutiram as formas de dar visibilidade na comunidade sobre o evento, bem como meios de registrá-lo. Para tanto pensaram em cartazes, faixas, divulgação nas Escolas e mobilização para que a comunidade participe do mesmo.



Ilustração 4: Terreno em que será construído o Parque Metropolitano

No dia 24 de março o CARMOCRIS reuniu-se para avaliarem e organizarem sua participação no evento, no que diz respeito ao discurso dos que falariam em nome das Comunidades, a produção das faixas e cartazes e outros assuntos.

No dia 29 de março de 2009 foi realizado o evento de solenidade para a entrega dos oito mil metros quadrados do terreno à comunidade. Durante as falas o Sr. Dirceu – Presidente do CARMOCRIS – se manifestou dizendo que a luta da Comunidade continuará para que consigam mais espaço no terreno. Segundo o relato do Dirceu Antônio da Silva, em entrevista:

O terreno tem um total de vinte e dois mil metros quadrados, a nossa reivindicação era para conseguir todo o espaço. Depois de anos de luta conseguimos oito mil metros quadrados. O Governador passou o terreno à Prefeitura e além disso, prometeu uma verba para a construção do Parque Metropolitano, que ainda não foi construído. A área é da COAHB e a outra parte do terreno foi colocada à venda para pagamento das dívidas



Ilustração 5: Terreno em que será construído o Parque Metropolitano

A última reunião descrita na ata, analisada para fins dessa pesquisa, foi no dia 17 de abril de 2009, no qual o CARMOCRIS se reuniu com representantes do Curso de Formação de Lideranças para discutirem a viabilidade de darem continuidade ao trabalho visando a revitalização das associações de moradores das comunidades.

Diante do exposto é possível afirmar que o CARMOCRIS, desde sua fundação, tem contribuído de forma significativa no fortalecimento do movimento sócio-comunitário e nas lutas por qualidade de vida das comunidades do Monte Cristo. As lutas desenvolvidas durante toda a sua trajetória tiveram como beneficiária a comunidade como um todo, de tal forma que não foi realizada nenhuma ação objetivando interesses particulares de uma ou outra associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As associações de moradores na região do Monte Cristo foram fundadas no mesmo momento histórico marcado pela redemocratização nacional, e suas lutas foram desenvolvidas em torno das questões de infra-estrutura visando a melhoria das condições de vida da população.

As comunidades foram estabelecendo, ao longo de suas trajetórias, relações com o poder público a fim de alcançar os objetivos das lutas desenvolvidas por qualidade de vida. De acordo com a análise histórica das associações é possível afirmar, que de forma geral, existe, por parte das mesmas, uma clareza sobre o caráter dessas relações que são estabelecidas com os mesmos, de tal forma que há uma clareza sobre as manobras de manipulação do poder público.

É possível observar que algumas associações mantiveram um contato mais próximo umas das outras, participando de reuniões, eventos festivos e, inclusive, auxiliando quando necessário, apresentando dessa forma sinais da união maior entre eles que se configurou no CARMOCRIS.

A construção e fundação do CARMOCRIS foi feita à partir da mobilização de algumas lideranças comunitárias comprometidas com as lutas sociais da comunidade que pensam a entidade federativa como uma possibilidade de fortalecer o movimento comunitário, tendo em vista que as comunidades têm necessidades semelhantes, como saúde, habitação, educação, entre outros.

A luta social principal que marcou a trajetória do CARMOCRIS, sendo assumida por todas as gestões, foi em prol da concessão do terreno para a construção da área de lazer. O Conselho organizou estratégias de enfrentamento – buscou parcerias com instituições públicas, pressionou os órgãos públicos, mobilizou a comunidade, entre outros – para garantir a construção desse espaço para o lazer comunitário. Vale ressaltar que ao longo da história das associações, todas discutem a necessidade de um espaço para lazer e buscam estratégias individuais até com a formação do CARMOCRIS, quando a luta ganhou uma articulação coletiva mais sólida.

Houve também, seu envolvimento junto às questões do Posto de Saúde local, de forma mais acentuada do que as comunidades haviam realizado. Nesse sentido: buscaram mecanismos de controle fiscal para a utilização dos bens públicos, promoveram uma intervenção para sanar as questões relativas à coordenação do Posto a qual não estava sendo satisfatória para a comunidade e participaram de reuniões da Conselho de Saúde.

Durante sua trajetória histórica é possível analisar a relação direta que o Conselho estabelece com a Secretaria do Continente no desenrolar da luta pelo terreno para a área de lazer. Essa relação se estabelece a partir de uma necessidade de apoio do Conselho para ultrapassar os entraves colocados pelos diferentes posicionamentos dos órgãos públicos.

O CARMOCRIS também buscou parcerias, junto às universidades públicas da cidade, para viabilizar um curso pré-vestibular para os adolescentes da região e se engajou nas lutas mais amplas da cidade, participando, também, do “Seminário Regional do Fórum da Cidade”, sendo mais uma frente de luta para garantir a qualidade de vida urbana

Além de parcerias o CARMOCRIS e as associações de moradores, se filiaram à UFECO. Durante a última gestão a UFECO se faz mais presente, quando oferece um curso de formação para as lideranças, porém, é preciso destacar que a assessoria da UFECO pode ser mais significativa para a qualidade do movimento. De tal forma, que é preciso pensar estratégias para não perder esse vínculo mais próximo.

Nesse sentido, desde sua fundação, o CARMOCRIS tem desenvolvido lutas sociais que contemplam todas as comunidades, de tal forma, que é possível afirmar que as diretorias, até o presente momento têm seguido as suas finalidades e atribuições, conforme preconiza o Estatuto da associação. Não obstante isto, nas suas últimas gestões foi possível observar que algumas lideranças comunitárias, de diferentes associações, começam a entender o CARMOCRIS como uma instituição à parte, ou seja, pensam o CARMOCRIS como algo paralelo às associações, fato que possivelmente tem contribuído para o enfraquecimento do movimento comunitário da região. Houve, também, um processo de desligamento do Conselho por parte de algumas associações, o que interfere diretamente no “sentido de ser” do CAMOCRIS, para tanto a diretoria atual vem buscando mobilizar os Presidentes das associações à participarem das reuniões.

A partir da pesquisa documental foi possível perceber também que depois de um histórico de lutas e organizações (após as lutas desenvolvidas por prioridades básicas como habitação e terra, período em que se registra uma intensa participação da comunidade), nos

últimos tempos há um enfraquecimento da participação popular nos movimentos comunitários da região.

Na última gestão, a diretoria preocupada com essa questão buscou parcerias para promover um curso de formação às lideranças comunitárias, objetivando a qualificação do movimento comunitário (ver nota de rodapé 12).

Em síntese, com todas as dificuldades e desafios encontrados o movimento sócio-comunitário da Região do Monte Cristo tem buscado estratégias de enfrentamento para garantir a qualidade de vida dos moradores.

Como assistente social em formação foi possível perceber, a partir da experiência vivida, que há uma necessidade do profissional de Serviço Social junto ao movimento sócio-comunitário, atuando nas associações de moradores. Tendo em vista, o referencial teórico-metodológico, técnico-operativo e ético político que contempla a formação desse profissional aliado ao projeto ético-político da profissão, torna-se incontestável a contribuição que este poderia dar ao movimento, de forma a socializar conhecimentos que qualifiquem a prática dos sujeitos envolvidos, contribuindo diretamente na consolidação da autonomia e da emancipação dos indivíduos sociais

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE CHICO MENDES. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 06 de março de 1993**. Livro II, p. 14.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE CHICO MENDES. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 06 de fevereiro de 1996**. Livro II, p. 36.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE CHICO MENDES. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 10 de março de 1997**. Livro II, p. 56.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE CHICO MENDES. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 15 de fevereiro de 1999**. Livro II, p. 74.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE CHICO MENDES. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 22 de janeiro de 2000**. Livro II, p. 77.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE CHICO MENDES. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 19 de janeiro de 2001**. Livro III, p. 1.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE CHICO MENDES. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 14 de julho de 2001**. Livro III, p. 7.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE CHICO MENDES. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 16 de julho de 2001**. Livro III, p. 8.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE CHICO MENDES. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 19 de julho de 2001**. Livro III, p. 9.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 07 de julho de 1994**. Livro I, p. 2.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 16 de julho de 1994**. Livro I, p. 3.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 09 de agosto de 1994**. Livro I, p. 6.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 20 de novembro de 1994.** Livro I, p. 9.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 13 de fevereiro de 1995.** Livro I, p. 13.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 15 de agosto de 1995.** Livro I, p. 33.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 20 de agosto de 1995.** Livro I, p. 35.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 22 de abril de 1996.** Livro I, p. 46.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 29 de julho de 1996.** Livro I, p. 52.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 14 de junho de 1997.** Livro I, p. 58.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 02 de agosto de 1997.** Livro I, p. 73.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE NOVO HORIZONTE. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 22 de agosto de 2000.** Livro I, p. 88.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 20 de agosto de 1996.** Livro I, p. 51.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 13 de fevereiro de 1991.** Livro I, p. 1.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 06 de fevereiro de 1994.** Livro I, p. 27.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 18 de novembro de 1994**. Livro I, p. 24.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 10 de fevereiro de 1995**. Livro I, p. 28.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 22 de maio de 1995**. Livro I, p. 31.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 20 de maio de 1995**. Livro I, p. 41.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 08 de agosto de 1996**. Livro I, p. 48.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 20 de agosto de 1996**. Livro I, p. 51.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 16 de abril de 1997**. Livro I, p. 59.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA TERESINHA II. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 12 de outubro de 2000**. Livro I, p. 68.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo: As Experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (orgs). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30/04/09

BRASIL. Estatuto da Cidade. **Lei Nº 10.257, de 10 De Julho de 2001**. Disponível Em:<Http://Www.Planalto.Gov.Br>. Acesso Em:04/06/09

BRASIL. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.ufsc.br>. Disponível em: 03/07/09

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (orgs). **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARMINATI, Fábio; CORRÊA, Viviane Ribeiro; VASCONCELOS, Ginga. O Associativismo Civil em Florianópolis: identidades e tendências. In: WARREN – SCHERER Ilse; CHAVES, Iara Maria (Orgs). **Associativismo Civil em Santa Catarina Trajetórias e Tendências**. Florianópolis: Insular, 2004.

CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DO MONTE CRISTO. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 24 de agosto de 2002**. Livro I, p. 4.

CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DO MONTE CRISTO. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 25 de julho de 2004**. Livro I, p. 16.

CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DO MONTE CRISTO. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 23 de outubro de 2004**. Livro I, p. 19.

CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DO MONTE CRISTO. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 06 de junho de 2005**. Livro I, p. 27.

CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DO MONTE CRISTO. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 26 de agosto de 2006**. Livro I, p. 33.

CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DO MONTE CRISTO. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 10 de agosto de 2006**. Livro I, p. 35.

CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DO MONTE CRISTO. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 10 de agosto de 2008**. Livro I, p. 41.

CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DO MONTE CRISTO. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 30 de agosto de 2008**. Livro I, p. 42.

CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DO MONTE CRISTO. Associação de Moradores. **Ata da reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2009**. Livro I, p. 47.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 15ª ed. 2004.

FARIA, Maria Neuza de. BAYON, Anunciacion Soto. TENDERINI, Djanira Maria. **Serviço Social e Participação Popular**. São Paulo: Edições Loyola. 1980

FÓRUM DA CIDADE. Outubro de 2001. Disponível em <http://www.portalsocial.ufsc.br>

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2005 (Coleção Questões da Nossa Época; v.5)

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24/05/2009.

JACOBI, Pedro e NUNES, Edison. Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista Democrática. In: **Cidade, Povo e Poder**. 2º Ed: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KLEINSCHMIDT, Carin. SILVA, Jorgina Maria da. **Movimento Popular e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 1984.

LAR FABIANO DE CRISTO. Disponível em: <http://www.lfc.org.br>. Acesso em: 04/06/09

LUCKMANN, L. H. **Cotidiano e Democracia na Organização da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)**. 1989. 109f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da Política**. 1º Ed: São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO. Disponível em: <http://www.planodiretorfloripa.sc.gov.br>. Acesso em: 04/06/09

SCHERER – WARREN, Ilse. **Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos movimentos sociais**. Editora da UNIVALI; Florianópolis: Diálogo, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In Marcos Sorrentino (coord). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUFSC/FAPESP, 2001 (2002: 2ª ed.).

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org). 3ªEd: Rio de Janeiro: Vozes. 1997.

SAWAIA, Bader. Participação Social e Subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos (org) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**: São Paulo: Educ/Fapesp, 2001.

SILVA, M. **A Experiência do Programa Habitar Brasil Bid – Região Chico Mendes: Uma Análise Da Participação Social**. 2008. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TEIXEIRA, **O local e o Global: limites da participação cidadã**. 3ed – São Paulo: Cortez: Recife: EQUIP;Salvador:UFBA,2002.

TORO, A. José Bernardo – **A Mobilização: um Modo de Construir a Democracia e a Participação**. Ministério da Justiça, 1997;

UFECO. União Florianopolitana de Entidades Comunitárias. 1988 Disponível em:<http://www.ipuf.sc.gov.br>. Acesso em:04/06/09

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Sociedade Civil no Espaço Público Democrático** - Revista Direito, Estado e Sociedade. Rio de Janeiro: ..., 1997

APÊNDICE

BREVE HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DO MONTE CRISTO

1. Associação de Moradores do Bairro Monte Cristo

A área de abrangência da associação de moradores do Bairro Monte Cristo, compreende a região da comunidade do Monte Cristo e sua sede está situada na Rua Geral, s/n. Não houve a possibilidade de fazer o resgate histórico da associação devido a ausência dos documentos da mesma – foram realizadas, sem sucesso, algumas tentativas para localizar os documentos e livros atas da associação. Para a obtenção do material citado foi procurada a ex-Presidente que informou que os documentos haviam sido “extraviados”; a alternativa encontrada foi trazer alguns elementos históricos resgatados a partir de entrevistas.

Em entrevista realizada, no mês de junho de 2009, o morador Jorge José de Amorim relata sobre a fundação da Associação de Moradores:

A Associação de Moradores da comunidade Monte Cristo foi fundada em 1983, quando a Dona Celeste começou a convocar as pessoas à se reunirem em sua casa para discutirem os problemas da comunidade. Nas reuniões na casa da Dona Celeste discutíamos sobre os problemas de calçamento das ruas (até então eram de barro), a falta de rede de esgoto e as habitações, porque nessa época a comunidade era uma favela com as casas feitas de compensado. Em julho de 1986 nós formalizamos a associação de moradores, fazendo o Estatuto, registrando em cartório, enfim, as burocracias necessárias.

Sobre o histórico de constituição da comunidade o relato de Amorim nos mostra a origem, relacionada com a obra de aterro da baía sul:

A comunidade começou a ter um grande fluxo de povoamento quando as famílias que moravam na Prainha foram trazidas para cá – devido ao aterramento que foi feito para construir a ponte que liga a Ilha ao Continente. A minha era a única casa aqui nesse topo, a povoação era feita em torno do morro, mas aqui no alto não, até que o “Sete” - ex-morador da Prainha – começou a vender os terrenos aqui do alto e toda essa região também foi povoada, havendo uma ocupação em massa. Nessa época a comunidade era chamada de “Pasto do Gado”, assim chamada porque realmente era um pasto em que colocavam e soltavam o gado que traziam da Serra até os venderem e levarem para os matadouros que eram dois: o primeiro pertencia ao Camilinho – localizado no bairro Capoeiras que é o atual Frigorífico Santos – e o segundo era do Abelardo – localizado no bairro Campinas aonde hoje é o Supermercado Imperatriz.

Sobre a intervenção Municipal para a melhoria da comunidade, a partir de um projeto Habitacional, Amorim traz um resgate histórico de como foi constituída a comunidade Promorar, localizada abaixo do morro:

Quando encheu de casas essa região foi feito um Projeto de Habitação e construíram o Promorar, pois, as casas eram muito pequenas e encostadas umas nas outras, então a proposta foi de três casas, retiram a do meio para que as das laterais pudessem aumentar seu espaço e terreno, enquanto a família do meio iria para o Promorar, mas, logo em seguida, antes de as pessoas aumentarem suas casas, outras famílias já vinham ocupar, isso porque os moradores daqui ligavam para seus familiares e amigos e avisavam que haviam terrenos disponíveis.

A primeira necessidade que se apresentou para a comunidade foi a questão da moradia, bem como a infra-estrutura necessária para garantir a saúde da população e melhoria das condições de moradia. A COAHB foi uma instituição significativa para a construção das infra-estruturas, conforme o relato de Amorim:

Quando era favela não existiam banheiros, eram usadas patentes. Mais tarde a COAHB fez um projeto de habitação que previa a construção de casas de madeira e a construção de banheiros em todas as casas que ainda não tinham. A construção das casas terminou na década de 90 e o serviço de calçamento e esgoto durou quase dez anos para ficar pronto, a partir da fundação da associação. A COAHB fez a escritura de todo o terreno do bairro Monte Cristo, que foi dividida por quadras e lotes, contemplando todas as famílias e preparou um ofício dizendo que estaria doando esse terreno para que fizéssemos a escritura pública, mas, foi colocado como “favela” Monte Cristo, por isso eu não fiz até hoje minha escritura, já fui ao Fórum para me informar em como alterar para “Bairro Monte Cristo”. É preciso que os moradores se organizem para irem ao Fórum solicitar e este vai autorizar que o Juiz faça a alteração.

A Região do Monte Cristo passou a ser chamada dessa forma quando o transporte público ampliou a linha de ônibus do Monte Cristo, a fim de circular em todas as comunidades da região. Dessa forma as comunidades ao redor de Monte Cristo foram gradativamente incorporadas, de forma simbólica, ao Bairro Monte Cristo, conforme detalha Amorim:

O ônibus só passava nessa região, quando passou a circular em todas as comunidades – que vinham ampliando – estas se incorporaram ao nome de Monte Cristo, mas cada comunidade é uma. O posto de saúde, que agora é ao lado do Lar Fabiano, funcionou durante muito tempo aqui. A associação tinha um convênio com a Secretaria da Saúde Municipal de forma que a associação era responsável pelo contrato de todos os funcionários, mas quando reclamávamos não era possível demiti-los, éramos apenas “bodes expiatórios”, não tendo poder algum de decisão, com o tempo esse convenio foi extinto, no ano de 2005 e logo em seguida o posto desceu e a construção do antigo posto é usado desde então como centro comunitário.

Sobre a associação de moradores da comunidade Amorim relata, qual é seu papel e finalidade, apresenta algumas das atividades que foram desenvolvidas e a sua atual situação:

Atualmente a associação de moradores procura reivindicar melhorias para a nossa comunidade. Quando eu era presidente havia entre sessenta e setenta crianças que almoçavam todos os dias na associação, havia aulas de dança e reforço escolar. Os almoços eram pagos com recursos advindos de doações, principalmente do Comitê da Cidadania da Caixa Econômica Federal entre outros. Eu fiquei na Presidência em quatro mandatos e meio, somando um total de nove anos. O Presidente atual é novo e inexperiente, por isso, estamos tentando ajudá-lo.

A associação participou do CARMOCRIS durante a primeira gestão e depois não mais participou. Questionado sobre isso o Presidente atual do CARMOCRIS Dirceu Antônio da Silva relata que “o atual Presidente da associação já foi procurado pelo CARMOCRIS e se comprometeu em participar do Conselho”.

2. Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança

Esta comunidade situa-se inicialmente no Bairro da Coloninha, área da ocupação. A organização popular da comunidade tem início na década de 1990, quando fundam em 03 de novembro de 1990 a Central da Comunidade Nova Esperança.

Em 24 de agosto de 1991 reuniram-se quarenta e seis pessoas da Comunidade, em Assembléia Geral, para aprovação do estatuto:

Os sócios fundadores da Comunidade Nova Esperança, sociedade civil, sem fins lucrativos, visando a defesa dos interesses dos associados junto aos órgãos públicos e/ou privados sejam federais, estaduais ou municipais, bem como incentivar, criar ou manter todas as formas associativas que venham beneficiar o quadro social ou a terceiros mediante convênio na forma da legislação em vigor” (NOVA ESPERANÇA, 1991a, p.1).

Tendo como característica principal a não existência de cargos hierárquicos no quadro de membros, a Comissão Central foi constituída por nove membros titulares e sete membros vogais. No Art. 3º do Estatuto ficou definido que “A comissão Central, após ser eleita, elegerá entre seus membros, um coordenador, um tesoureiro, podendo estes serem substituídos a qualquer momento” (NOVA ESPERANÇA, 1991b, p.1). Nesse sentido, após a aprovação da Comissão foi eleito, como Coordenador Geral a Regina Kulcheski e para Tesoureiro Lindolfo Bento da Silva.

A Comissão se reuniu durante os meses de setembro e outubro para discutir a questão da habitação local. Nesse sentido a associação buscou parcerias, recursos e se organizou para construir cinquenta casas comunitárias, sendo quatro casas destinadas aos migrantes.

Do acordo firmado com a Prefeitura foi necessário que a comunidade se organizasse para construir as casas. A Prefeitura entraria com o recurso e a população com a mão-de-obra. Assim, a Central da Comunidade realizou reuniões comunitárias para discutir sobre: o “mutirão de trabalho”: quem trabalharia (as pessoas empregadas trabalhariam nos seus dias de folga); quais as funções, o tempo de serviço, o controle do serviço a partir de monitores e cartão ponto; a organização de um espaço para os filhos dos trabalhadores ficarem e quem cuidaria das crianças; o almoço para os trabalhadores;

as punições para quem faltasse. Essas decisões foram aprovadas em assembléias comunitárias que antecederam o início das obras.

Para tanto, somavam um total de trinta e três homens, quarenta mulheres e noventa crianças que foram divididos em doze equipes com três homens, três mulheres e um monitor e as crianças ficariam no Centro Social Urbano aos cuidados de dez pessoas da comunidade.

As atividades tiveram início após os monitores serem treinados por funcionários da Prefeitura que estavam construindo os blocos das casas. Foi preciso contratar carpinteiros e eletricitas. No dia 28 de agosto de 1991 finalizaram a construção da casa modelo e ao final de novembro a comunidade havia construído quatro casas e aguardavam o recebimento de recursos para darem continuidade ao trabalho.

Ao longo das atividades a comunidade encontrou problemas referentes: a falta de material e brinquedos para as crianças que estavam no Centro Social; ao comprometimento das pessoas, alegando que uns trabalhavam mais que outros: não havia comprometimento com o horário estabelecido e com as construções em geral. Têm-se, por exemplo, numa das atas: “a comunidade não descarregará mais os caminhões com os blocos porque está cansando muito o pessoal e isto é trabalho da empreiteira, tem que haver mais organização no campo de obra entre as equipes, monitores tem que ter mais atenção nos trabalhos, as pessoas não podem ficar perdidas no trabalho” (NOVA ESPERANÇA, 1991a, p.7).

A Comissão Central procurou a Prefeitura para auxiliar nas advertências junto aos que não estavam trabalhando de forma devida e como meio de punição foi pensada a possibilidade de estas pessoas serem as últimas a receberem suas casas.

No final do ano de 1991 havia vinte e três casas prontas, necessitando apenas da energia elétrica, rede de esgoto e rejuntas nas paredes. A preocupação de que essas casas fossem ocupadas foi registrado em ata:

Um caminhão que queria entrar na área (ocupar) – comissão ia para a área fazer vigília. Ontem a noite 3 famílias da comunidade ocuparam às casas. Sirlei, Nenê, Sr. Pedro. Nenê agrediu o Zé (estava bêbado). Comissão teve bom senso de “guentar” a loucura e chamar a polícia. Reunião Prefeitura hoje, expulsar as 3 famílias ocupantes; 5 famílias estavam resistindo e não queriam sair da área. Na reunião da Prefeitura estavam as famílias ocupantes, menos Nenê e Leda.

Salomão deu um puxão de orelha, dizendo que não foi certo o que fizeram. Sirlei diz que não vai cumprir com as faltas do mutirão, não cumpre com o regimento” (NOVA ESPERANÇA, 1991b, p.10).

Como medida para resolver a questão foi elaborado um documento que advertiu as famílias para saírem das casas, estas assinaram e encaminharam o registro junto ao cartório.

Houve ainda, problemas internos na Comissão, a divergência de opiniões e comportamentos fez com que o grupo elaborasse um documento solicitando o afastamento de membros em janeiro de 1992.

Em meados desse mês faltavam onze casas para serem construídas e finalizarem as atividades. Em fevereiro a Comissão passou a organizar o calçamento das ruas, a energia elétrica, a distribuição de água. De acordo com a Ata “a Prefeitura pede para as pessoas que tiverem condições de irem ajudar abrir as fossas aonde a máquina não entra, e que o material para alisar os pisos esta semana estará a disposição na obra. O calçamento nós achamos melhor a empresa fazer e nós continuar fazendo rejunte e ajudamos abrir os buracos das fossas” (NOVA ESPERANÇA, 1992c, p.13).

Em 24 de março de 1992 foi anunciado que a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) havia feito as ligações gerais. A inauguração definitiva das casas ficou marcada para o último sábado do mês de março no período da manhã; após a inauguração seria realizado um almoço e, durante a tarde, seriam feitas as mudanças para as casas. Para a realização das mudanças a Prefeitura colocou à disposição da Comunidade dez caminhões e para a locação nas casas foi realizado um sorteio em Assembléia Geral.

Ao final do mês de março a Comunidade ainda discutia a rede de esgoto, o repasse de telhas (algumas foram quebradas durante o transporte) e cimento para finalizarem as obras.

Em junho de 1992 houve reuniões comunitárias para a elaboração de um Regimento Interno sobre o convívio dos moradores que contemplou: o limite do tamanho dos muros, a coleta de lixo, a criação de animais, o barulho e sobre as áreas de uso comum. Nesse período discutiram, em especial, sobre a coleta de lixo, tendo em vista que o caminhão não passaria nas ruas, por isso solicitaram caixas para serem colocadas nas ruas para que a comunidade colocasse o lixo.

Em novembro, em reunião da Comissão, há o relato de que:

O pagamento das casas está pendente. A Prefeitura Municipal, não prestou contas do valor do terreno e das casas. Ivone calcula que será feito uma base em cima do valor do terreno e das casas na época da compra do terreno e da construção. O pagamento será através do fundo sendo até 20% do salário mínimo. A próxima gestão do fundo, três representantes da comunidade e três representantes da prefeitura, devem discutir com a comunidade o valor das prestações (NOVA ESPERANÇA, 1992a, p.15).

Ao longo desse período a Comissão organizou festas juninas, bingos e buscou parcerias para realizar na comunidade cursos profissionalizantes para adultos, atividades culturais para os jovens e show popular e, ainda, conquistaram um espaço para ser a casa comunitária.

No decorrer do ano de 1993 realizaram novas eleições, festas para o dia das crianças, feiras de verduras comunitárias e escolheram um representante que participou das reuniões do Orçamento Participativo (no final dos anos de 1980, ganha visibilidade nacional a política de Orçamento Participativo com a experiência de Porto Alegre). Essa prática logo se espalhou para diversas capitais. O orçamento participativo possibilita o aumento do controle social e do comprometimento do poder público municipal com práticas mais transparentes.

Em 1994 iniciaram às suas atividades buscando recursos para a reforma da casa comunitária e para a instalação de telefones públicos, solicitaram assistentes sociais da Prefeitura para trabalharem na comunidade (não foi possível e buscaram junto ao Serviço Social da UFSC. Elegeram um representante local para participar das reuniões do Fundo de Moradia).

No ano de 1995: escolheram um representante para participar das reuniões do Conselho Municipal de Saúde; discutiram a rede de esgoto local buscando soluções junto à CASAN – a proposta feita à Comunidade foi de realizarem o trabalho em duas etapas¹, a primeira seriam aulas sobre a educação sanitária destinada à população e a

¹ A equipe do Pró-Sanear, representada por dois Engenheiros, foi até a comunidade e expôs, em Assembléia Geral, que fariam um trabalho de educação sanitária pensando no uso consciente da rede de esgoto, as obras demorariam em torno de oito meses para serem concluídas e os recursos seriam financiados pela Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal (25%) e CASAM (25%), sem custo para a comunidade.

segunda seria a execução da obra, solicitaram à Prefeitura Municipal professores para darem aulas para adultos; discutiram a participação da comunidade na associação destacando que após a conquista das casas as pessoas deixaram de participar; discutiram sobre o pagamento das casas e decidiram fazer uma “pesquisa de preços” para avaliarem seu valor.

Em entrevista realizada no dia 13 de junho de 2009, a Sra. Elizabeth Aparecida dos Santos, moradora da comunidade e membro da associação, fala sobre o pagamento das casas:

Nós fizemos um mutirão para construir as casas, cada família se organizou para ajudar na construção. Ficou acertado que a Prefeitura Municipal daria o material como madeira, telhas, canos entre outros, e pagariam uma empreiteira para fazerem o serviço que a comunidade não sabia. No início deveríamos pagar todo o material das casas, mas, como fizemos a mão-de-obra acordamos com o Salomão que pagaríamos apenas o terreno em que as casas foram construídas. Houve várias reuniões para acertar o valor e a forma de pagar, mas até hoje não chegamos a um acordo e também não temos a escritura das casas. No ano passado procuramos a Prefeitura para acertar, mas agora é preciso medir e reavaliar o valor de cada terreno. O meu foi avaliado em torno de vinte mil reais (mas é preciso fazer um novo cálculo) e, se for esse o valor, vou fazer o pagamento em vinte anos.

Discutiram ainda, o fato de haver pessoas saindo de suas casas e alugando-as² para outras pessoas; realizaram a eleição da Comissão (que contou com a participação de cinquenta e três eleitores) e iniciaram um processo de alteração do estatuto, providenciando cópias, do mesmo, que foram entregues à Comissão para sugerirem alterações.

No ano de 1996 discutiram sobre as crianças que brincavam nas ruas pensando meios de proporcionar uma área de lazer para a Comunidade, discutiram sobre a rede de esgoto local, pensando estratégias para conseguirem viabilizar sua construção e buscaram parceiros para promoverem cursos profissionalizantes na comunidade.

Em dezembro de 1997 realizaram a eleição da associação com um total de oitenta e dois eleitores. Em 1998 a comissão se preocupou em discutir como vinham

² De acordo com o Regulamento da Prefeitura, as casas foram construídas para as famílias sem casa própria, nesse sentido as famílias deveriam ficar morando na casa e não poderiam alugá-las ou vendê-las, até receberem sua titulação.

acontecendo as reuniões nas questões referentes: a falta de pontualidade dos participantes; o consumo de álcool antes das reuniões; a participação de crianças e a necessidade de uma maior participação da comunidade. Realizaram uma festa junina (a arrecadação de dinheiro foi destinado ao pagamento de contas de luz e água do centro comunitário que estavam atrasados) e reuniões para resolverem conflitos existentes entre vizinhos.

No ano de 1999, discutiram sobre o nome das ruas da comunidade, a necessidade de reformar a casa comunitária e os meios para conseguir os recursos necessários. Em 2001, realizaram o Dia do Lazer, com música, comidas e Bingo, visando a promoção da integração entre os moradores. Solicitaram à Câmara de Vereadores, à Prefeitura Municipal, à Eletrosul e à Secretária do Continente alguns materiais de infra-estrutura para a casa comunitária e conseguiram um computador e uma máquina de datilografar. Fizeram uma parceria com a UDESC para realizar oficinas de Artes e escolheram um representante para participar do CARMOCRIS, em processo de formação. Realizaram uma Assembléia Geral Extraordinária para modificar e aprovar o estatuto que contou com a participação de vinte e nove moradores – aprovaram a redução do número de membros de dezoito para nove – em seguida, realizaram a eleição que contou com a participação de cento e seis eleitores.

No decorrer do ano de 2002 a associação promoveu oficinas de corte e costura (com duas máquinas que foram cedidas à associação), de cerâmica, de tijolos, de computação, de bordado e de crochê. Os trabalhos de bordado e crochê que foram produzidos foram vendidos no Largo da Alfândega. Voltaram a discutir sobre a necessidade de reformar a casa comunitária. No ano de 2003 realizaram reuniões a fim de discutir sobre os problemas de convívio entre vizinhos e foi feita a eleição da diretoria que contou com um total de oitenta e sete eleitores.

Em 2004 a associação fez uma parceria com o Centro de Informática (CDI) – o Centro ficou responsável para prestar orientação pedagógica e prover a manutenção dos equipamentos de informática – para as aulas de informática aos moradores, com mais de cinco anos de idade, cobrando um valor irrisório. A UDESC concedeu três bolsistas, um para cada turno, para auxiliarem nas atividades e a comunidade ficou responsável na viabilização do espaço físico. A associação providenciou a construção de prateleiras, feitas de madeira, para organizar os livros da biblioteca comunitária. Buscou parcerias para promover cursos de Remo e de Surf (foi inviabilizado devido ao deslocamento e

custo do material) e de confecção de brinquedos em madeira. Fizeram um levantamento do patrimônio da comunidade.

Em 2007 discutiram sobre a possibilidade de promoverem festas para integrar as comunidades e sobre a necessidade de participar das reuniões do CARMOCRIS para fortalecerem a luta, junto a Secretaria do Continente, em prol do Parque Metropolitano.

Em entrevista realizada no dia 13 de junho de 2009 a Sra. Elizabeth Aparecida dos Santos, moradora da comunidade e membro da associação fala sobre a participação da associação no CARMOCRIS: “a Melita participa do CARMOCRIS desde a sua fundação, ela participa das reuniões e nos informa sobre o que está acontecendo, o que está sendo discutido e se é preciso nossa participação em alguma atividade ou evento ela nos informa”.

A mesma liderança comunitária fala sobre a não existência de registros de reuniões do ano de 2007 até a data atual:

Sempre é feita reunião, mas não sei porque não anotam, depende de quem é a diretoria. Na verdade não fazemos mais tantas reuniões formais, pois, agora algumas mulheres estão trabalhando na confecção de artesanatos na casa comunitária (a casa está em reforma e o espaço está sendo ocupado pelas máquinas de tear e o material que usamos para o artesanato) e discutimos os assuntos da comunidade durante nosso trabalho, mas, desde 2007 fizemos bingos, festas juninas e um almoço, no ano passado, no dia das mães.

É possível observar diante disso que a comunidade buscou estratégias para conseguir consolidar o direito a habitação através de uma luta comunitária organizada, buscou estratégias para solucionar as demais demandas que se apresentaram no cotidiano como na captação de recursos, buscando a integração com as outras comunidades, entre outros.

3. Associação de Moradores da Comunidade Santa Terezinha I

Durante muitos anos não foram realizadas eleições para a diretoria dessa associação. A liderança local conhecida por Dona Inácia é considerada pela comunidade como a Presidente da associação desde a sua fundação. Nesse sentido essa liderança é responsável pela mediação entre os Órgãos Públicos e a comunidade, bem como, participa de eventos e reuniões representando a associação.

No mês de junho do corrente ano a Dona Inácia, apoiada por um morador da comunidade, vinha preparando as atividades necessárias para realizar uma nova eleição e atualizar o Estatuto da associação. Para a eleição, havia sido marcado o dia 14 de junho de 2009 e iria ser realizada no espaço da garagem da casa de propriedade da filha da Dona Inácia, tendo em vista a utilização do centro comunitário por uma Igreja (A Presidente da Associação cedeu o espaço do centro comunitário para que fizessem uma Igreja) e por uma cooperativa, e feito o cadastramento de uma chapa levando como candidata ao cargo de Presidente a filha da Dona Inácia. Quanto ao estatuto, este estava sendo atualizado, de acordo com a legislação (Novo Código Civil brasileiro) pelo morador já mencionado. O CARMOCRIS visando a legitimidade e a legalidade da eleição buscou apoiar as atividades para a realização da mesma, no que diz respeito ao cadastramento dos moradores junto à associação para posterior votação e na preparação de uma reunião comunitária a fim de prestar esclarecimentos sobre a eleição, o papel da associação, entre outros temas. Até o dia 12 de junho haviam sido cadastradas setenta famílias, faltando em torno de cento e trinta para ser finalizado; este fato impossibilitou a realização da eleição na data prevista e decidiram por transferi-la para o dia 28 desse mês, com vistas a contemplar o cadastramento de todos os moradores da comunidade (maiores de dezesseis anos). Conforme previsto, a eleição foi realizada elegendo a Chapa 2, tendo como Presidente o Sr. Darci de Moraes, com quase um terço dos votos.

Questionada sobre os documentos da associação, para fins da presente pesquisa, Dona Inácia afirmou estarem em posse do Vice-Presidente Vilson Pereira de Araújo - “Baiano”.

Em entrevista realizada, no mês de junho de 09, o morador e Vice-Presidente – “Baiano” – relata sobre a fundação da Associação:

Sou morador dessa comunidade há vinte e cinco anos. Há vinte e poucos anos atrás, discutindo os problemas da rede de esgoto na comunidade pensamos em organizar a associação de moradores. Formamos uma chapa, na qual a Dona Inácia candidatou-se como Presidente e eu como Vice-Presidente para lutar pelas necessidades da comunidade e até hoje não foi feita outra eleição, pois “em time que está ganhando não se mexe” e nós continuamos e ninguém propôs mudar.

O saneamento básico e o calçamento das ruas foram feitos a partir de verbas municipais e da prática, corriqueira nesse período, da organização de mutirões para realizar as obras. Sobre esse tema o Sr. Araújo comenta:

Através de reuniões com representantes da Prefeitura Municipal conseguimos o material para fazer a tubulação bruta da rede de esgoto e o calçamento e pavimentação das ruas. Para a realização das obras organizamos um mutirão de trabalho, que contou com a participação dos moradores da comunidade. A tubulação pluvial é mais recente foi feita pela CASAN há uns nove ou dez anos atrás.

O Sr. Araújo de longa trajetória como vice-presidente aponta algumas das dificuldades enfrentadas enquanto ocupou esse cargo:

Até de ladrão eu fui chamado, fui acusado por alguns de utilizar o dinheiro da Prefeitura, destinado às obras, para construir minha casa. Aqui, as pessoas não lutam juntas, foi difícil até para fazermos os mutirões, as pessoas só se preocupam com seus próprios problemas. Se convidarmos para uma reunião as pessoas vêm bêbadas ou não participam a não ser que haja churrasco (festa).

Atualmente estão inscritas duas chapas para a eleição da diretoria, fato de destaque tendo em vista a trajetória da associação, sobre isso Araújo comenta:

Agora vai ter eleição, mas só haverá uma chapa, com a filha dela sendo candidata para Presidente, ninguém se interessa por nada, pelo que estou percebendo não haverá outra chapa e a representatividade por si só não adianta, não adianta fazer uma eleição e no final continuar tudo igual. A eleição tem que ser feita no centro comunitário e tem que haver outra chapa. Parece, ainda, que um Sr. de oitenta anos de idade vai se candidatar, mas como ele vai correr de

um lado para outro? A vontade é grande, mas o corpo não agüenta as exigências.

Essa comunidade não foi contemplada com algum projeto habitacional, segundo Araújo “A cerca de quinze anos comentou-se em fazer um projeto habitacional para a comunidade, o Salomão fez a medição do terreno e foi desenvolvido um projeto, mas, acabou não saindo do papel”.

Quando questionado sobre os documentos da associação Araújo fala que “A Inácia tem as atas lá, cansei de assinar. Ela deve estar pensando que você está apoiando a chapa contrária e não quis fornecer”.

Diante da entrevista exposta pode-se observar que legalmente, de acordo com o Código Civil, a associação de moradores não existia até a atual eleição, quando a nova Gestão. É preciso destacar que depois de quase vinte anos haverá eleições para a diretoria e ainda, há duas chapas concorrendo no processo.

4. Associação de Moradores da Comunidade Santa Terezinha II

A área de abrangência da associação compreende a comunidade Santa Terezinha sediada no Bairro Monte Cristo, tendo como limites a Rua Joaquim Nabuco, Rua José Antonio Toneli, Rua Maria Julia Ramos e Souza e Blocos Panorama do Promorar.

Para a presente pesquisa foram analisados dois livros atas e faltou um que foi extraviado.

A associação foi fundada em 13 de fevereiro de 1991. Na primeira reunião o coordenador falou sobre a “necessidade de permanecerem unidos e fortalecerem a organização da comunidade para que possam garantir a terra e todas as conquistas que se fizerem necessárias” (SANTA TEREZINHA II, 1991a, p.1) apontando a primeira luta da associação, a terra. Em maio, discutiram uma proposta de projeto para a construção de um centro comunitário, bem como seu terreno, questões referentes a conflitos entre vizinhos (barulho e compra e venda de terreno) e promoveram um bingo comunitário.

Durante o ano de 1994 houve eleição e posse da Diretoria, foram discutidas questões referentes ao projeto em andamento de calçamento das ruas; sobre o nome das ruas e a numeração das casas; sobre a necessidade de telefones públicos nas comunidades Santa Terezinha I e II; em torno de formas de fazerem uma leitura comunitária do Estatuto para alterações do mesmo; e sobre o andamento da feira comunitária, que, segundo se relata “está muito fraco o movimento, que todos deveriam procurar participar mais. E teve pessoas da comunidade que reclamaram do atendimento aos fregueses, que as vezes tem que se deslocar para outro local para comprarem o produto desejado, etc.” (SANTA TEREZINHA II, 1994a, p.27). Realizaram, ainda, uma festa junina em parceria com o Grupo de Jovens, participaram das reuniões do Fundo de Moradia e Orçamento Participativo (recebendo orientações do CEDEP sobre o Orçamento). Decidiram que o espaço da “escolhinha” local poderia ser utilizado pela comunidade e realização de outras atividades, como festas, e organizaram um mutirão para reformá-la.

No último trimestre desse ano os trabalhos da associação foram mais intensos. O Presidente passou o cargo para seu vice devido à questões particulares que impediram-no de participar das reuniões da associação, foi realizada uma reunião entre os

delegados (representantes comunitários do Orçamento Participativo) da área XIII e o Dalton, Secretário do Continente, na qual foram cobradas as “promessas” referentes ao projeto Pró-Sanear feitas numa assembléia realizada na Comunidade Chico Mendes, para tanto Dalton respondeu que havia recursos disponíveis, porém faltava a aprovação da CASAN. A associação se articulou e marcou uma reunião com os representantes da CASAN, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e com o Secretário do Continente para discutirem sobre o projeto Pró-Sanear. As instituições colocaram-se a disposição para o andamento do projeto, porém, afirmaram que para tanto era necessário ainda, a aprovação da FATMA. A associação buscou à FATMA para esclarecimentos e a resposta obtida apontou para falta de articulação entre as instituições, conforme relato “segundo a FATMA o problema não é a FATMA, porque ainda não deram entrada do projeto. A proposta da FATMA é verificar na CASAN se realmente foi dada a entrada do projeto. Os representantes da comunidade ficam responsáveis para fazer essa verificação” (SANTA TEREZINHA II, 1994b, p.24).

Em janeiro de 1995, anunciam em reunião que de acordo com o Secretário Dalton, as obras iniciariam no final do mês de abril. No mês de fevereiro desse ano discutiram sobre a feira-comunitária “Roberto coloca que a cooperativa já esta funcionando, só que nas vendas deu uma caída pelo motivo do Plano Real e das promoções dos supermercados” (SANTA TEREZINHA II, 1995a, p. 28). Sobre a reforma da escolhinha que estava parada, a estratégia encontrada foi utilizar o dinheiro da associação e a organização de um mutirão para trabalhar na reforma; discutiram ainda, sobre a necessidade de fazerem uma mobilização na comunidade para as eleições, através de mosquitinhos, cartazes e visitas nas casas da população. Em parceria com a Escola E. B. América Dutra Machado promoveram um almoço para as crianças carentes da comunidade.

O projeto Pró-sanear manteve-se como discussão central da associação, sendo discutido em várias das reuniões realizadas. Em 06 de maio de 1995 a moradora Daniela indica que este “projeto era para iniciar em junho de 1994 e isso não vem acontecendo e logo depois foi feito um manifesto na Secretaria do Continente e depois desse manifesto é que este projeto está se agilizando mais” (SANTA TEREZINHA II, 1995b, p.31). Em reunião formaram uma comissão, composta por seis pessoas, responsável por cuidar diretamente do projeto Pró-Sanear.

Na última quinzena do mês de maio realizaram as eleições, contando com cinquenta e seis eleitores e realizam a posse. Essa diretoria deu continuidade aos trabalhos, promovendo uma festa junina, escolhendo um representante da comunidade para ocupar o cargo de delegado no Orçamento Participativo. Organizaram uma reunião com engenheiros da CASAN para discutir o projeto Pró-Sanear, tendo como encaminhamento que dariam início a obra quando a CASAN terminasse as obras que estavam sendo feitas na comunidade Santa Terezinha I e montaram uma comissão para acompanhar o andamento do projeto. Nessa reunião ainda foi destacado que os moradores da comunidade “pagam uma taxa de esgoto sem terem rede de esgoto” (SANTA TEREZINHA II, 1995c, p.41) e foi encaminhado que solicitariam uma cópia do boleto de cobrança junto aos moradores e encaminhariam para a CASAN examinar. Durante esse ano discutiram também, sobre a necessidade de creches para as comunidades Santa Terezinha I, II e Nova Esperança. No final do ano a CASAN deu início a construção dos banheiros (em algumas casas que ainda utilizavam “patentes”) e montaram uma equipe de Agentes de Saúde, formados por moradores da comunidade, para fazerem a educação sanitária.

Em abril de 1996 realizaram uma reunião com o Secretário Dalton na qual discutiram sobre o andamento do calçamento das ruas que não havia sido iniciado e a inclusão da Rua Joaquim Nabuco, que não constava no projeto, para ser calçada. Na sequência marcaram uma Assembléia Comunitária que não teve a participação da comunidade e esta foi tema de debate entre o grupo. Em meados de 1996 “veio uma verba para a manutenção das comunidades. O valor de mil reais só que não pode comprar materiais de construção” (SANTA TEREZINH, 1996a, p.48). A Câmara de Vereadores encaminhou esse recurso à Comunidade, através de um depósito feito na conta corrente do CEDEP e o recurso foi utilizado para comprar panelas – para premiação do bingo – e um equipamento de áudio para ser utilizado nas festas. Nesse ano a associação realizou sua eleição, contando com a participação de vinte e nove eleitores.

Na posse, “Mero deu abertura à Assembléia discutindo sobre o problema do calçamento que foi prometido pelo antigo Secretário do Continente, Dalton, e que agora está sendo embargado pelo atual secretário Wagner; segundo Preta, todas as decisões e atitudes dele estão ligadas ao jogo político; hoje ele já não vê mais as obras das comunidades como prioridades chegando até demitir o Vanderley que continuava

defendendo esse trabalho” (SANTA TEREZINHA, 1996b, p.51). Como estratégia, no mês de setembro, buscaram a Prefeitura Municipal; esta se comprometeu em colaborar cedendo areia e lajotas; quanto ao cimento, brita e mão-de-obra ficaria à cargo da associação. No dia 03 de dezembro, em reunião, constataram que não havia sido encaminhado o material necessário por parte da Prefeitura. A nova diretoria promoveu uma festa no dia das crianças acompanhada de jogos esportivos e um bingo.

Durante o ano de 1997 a associação realizou um “bingo carnavalesco”, se reuniu para discutir sobre os conflitos entre vizinhos, recebeu a Professora Thereza Kleba (do Curso de Serviço Social da UFSC) que propôs à comunidade realizar um trabalho com as mulheres: “a primeira parte faria uma pesquisa com os moradores indo visitá-los e conversar com todos os moradores e junto estariam presentes duas estagiárias do Serviço Social; e na segunda parte, iria trabalhar com os moradores de origem bugre e índio” (SANTA TEREZINHA, 1997a, p.59). Ao mesmo tempo discutiram estratégias para pagarem as contas de luz e água da casa comunitária, foi sugerida a elaboração de uma rifa, solicitar os recursos junto aos órgãos públicos e a possibilidade de cobrar uma mensalidade dos moradores.

No início do ano de 1998 realizaram uma reunião com a comunidade para estabelecer as prioridades da mesma e para fazer uma avaliação da associação. No mês de março foi realizada a eleição e posse da nova diretoria e ao final do mês fizeram um mutirão para fazer o calçamento da Servidão das Pitangueiras. No ano de 1999 conseguiram com a Secretaria do Continente material para construírem, a partir de um mutirão, um muro em torno da casa comunitária.

No ano de 2000 a associação discutiu sobre o término do mandato da diretoria. São realizadas novas eleições, no mês de setembro, contando com trinta e seis eleitores. É discutido sobre o projeto com o nome das ruas que estava na Câmara de Vereadores para ser aprovado e é procurada a Secretaria do Continente para solicitar o material para a construção do calçamento da Rua Joaquim Nabuco. De acordo com relato “o senhor Secretário solicitou que seja representada uma solicitação por escrito do material e apresentando as pessoas responsáveis; o coordenador do mutirão e responsável pelo material” (SANTA TEREZINHA, 2000a, p.68).

No ano de 2001 realizaram um jantar dançante, organizaram um mutirão para fazer o calçamento da Rua Joaquim Nabuco e a limpeza das ruas da comunidade. Alteraram o estatuto definindo o mandato da diretoria para dois anos. Em março,

realizaram uma reunião que contou com a presença da Professora Tereza Kleba que sugere organizar uma cooperativa de doces e salgados. Para tanto utilizariam o espaço da Escola E. B. América Dutra Machado, pois, a cozinha é industrial. Para um momento posterior foi sugerido elaborar um projeto solicitando apoio à Secretária do Continente para construir um prédio na comunidade onde funcionaria a cooperativa. Realizaram mais quatro reuniões para discutirem sobre o projeto. Organizaram uma festa junina e bingo.

Os anos de 2001 à 2007 não foi possível fazer o resgate, pois não houve a disponibilidade dos documentos e registros da associação de moradores. O trabalho deverá ser completado posteriormente.

Em novembro de 2007 realizaram a eleição da nova diretoria que contou com oitenta e dois eleitores; na posse da diretoria destaca-se a participação do presidente do Sindicato dos empregados do comércio de Florianópolis José Roberto da Silva, a Presidente do CARMOCRIS, Melita Maria Marques, e seu vice, Luiz Gonzaga Demétrio. A reunião contou também com o coordenador regional da UFECO do Continente, Marcos Cezar Pinar. Essa diretoria realizou sua primeira reunião em 2008, apresentando uma proposta de planejamento das atividades para o ano corrente: luta pela creche, documentação dos terrenos, construção de uma igreja católica e festas comemorativas. Se organizaram para participar da reunião da Secretária do Continente levando como pauta de reivindicações a iluminação pública, a construção da creche, a construção de pontos de ônibus, grades em bueiros e a limpeza dos terrenos. Encaminharam uma solicitação, à Secretária de Esportes, de uniformes e uma bola de futebol. Na reunião com a Secretária do Continente os moradores foram assessorados para encaminharem suas documentações aos devido órgãos oficiais: Prefeitura Municipal, IPUF e Secretaria da Educação. Na última reunião relatada em ata, informam aos moradores que o Professor Lino Peres, da UFSC, prestaria auxílio para a comunidade no desenvolvimento do projeto da área de lazer e que aconteceria no dia 14 de abril de 2008 uma reunião do CARMOCRIS, convidando todos à participarem.

5. Associação de Moradores da Comunidade Chico Mendes

A área de abrangência da Associação de moradores compreende a Comunidade Chico Mendes, situada no Bairro Monte Cristo, tendo como limites a Rua Professor Egídio Ferreira e a Rua Josué di Bernardi.

Consta como data da primeira reunião o dia 05 de julho de 1992. Nessa reunião foi realizada a posse da diretoria, composta por doze membros e o repasse dos bens da associação (sacos de cal, barras de cano, colunas de ferro e tijolos) que pretendiam utilizar para a construção de uma creche na comunidade. No mês de setembro desse ano, se reuniram para inaugurar a sede da associação e declararam que a creche encontrava-se como a principal luta da associação. Ainda em setembro, a associação participou da inauguração do Grupo de Idosos da comunidade.

No decorrer do ano realizaram uma Assembléia para trocas de cargos, devido a saída de três membros e posteriormente outros dois, alegando falta de tempo – um dos membros saiu para organizar uma nova chapa; discutiram sobre a necessidade de iluminação pública, sobre o terreno para a construção da creche e debateram a necessidade de cursos profissionalizantes, representante da Prefeitura, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), propôs que fosse um curso de construção civil. Nesse sentido realizaram uma assembléia geral, na qual participaram cento e cinquenta e seis pessoas, aprovando o curso de construção civil. No final do ano a Prefeitura encaminhou a comunidade materiais e máquinas para utilizarem no curso.

Em fevereiro de 1993, mais quatro pessoas da diretoria renunciaram aos cargos alegando falta de tempo e divergências de opinião com os demais membros. Ao final do mês a associação se reuniu para discutir como reconduziriam os cargos vagos e formas de arrecadar verba para a associação. Em março, realizam uma reunião com a participação da Professora Ingrid do Curso de Farmácia da UFSC e alunos que trabalham no Grupo de Assistência, Educação e Pesquisa na área da Saúde da família (GAPEFAM) que expõem sobre as condições das famílias da comunidade: “origem – interior do Estado, outros bairros pelo alto custo do aluguel. A vinda é devido a busca de melhores recursos e condição de vida” (CHICO MENDES, 1993a, p.14), e aponta que para alcançarem condições de vida digna era preciso melhorar o abastecimento de água, o saneamento básico, o acesso a serviços sociais e ao trabalho.

Durante o mês de setembro de 1994 a comunidade buscou as demais organizações comunitárias, para realizarem uma festa para o dia das crianças, porém a articulação entre ela foi se perdendo no decorrer dos meses e decidiram por não fazer a festa no dia das crianças. Com o apoio da Companhia de Melhoramento da Capital (COMCAP) a comunidade se organizou para fazerem a coleta seletiva do lixo a fim de gerar emprego e renda; porém dado que a COMCAP não cumpriu com sua parte, que era colocar os lixeiros, a comunidade não iniciou as atividades. No mês de dezembro foi aberta uma conta bancária em nome da associação.

Em fevereiro de 1995, discutiram em reunião sobre o convite de filiação na UFECO e decidiram que se filiariam. Em meados do ano discutiram sobre a necessidade de uma creche para os finais de semana, pensando como solução utilizar o “barracão”. Em agosto discutiram sobre as questões de convívio entre os moradores a respeito da posse da casa: uma pessoa comprou a casa de um morador e estava morando nela a quatro anos, quando o antigo morador veio requerer a posse; os presentes na reunião consideraram como legítima a compra e utilização do imóvel. Em setembro reorganizaram o quadro dos cargos da diretoria, pois haviam saído quatro pessoas. Em outubro discutiram em reunião, que funcionários da Prefeitura Municipal estavam passando nas casas fazendo a metragem das mesmas; a justificativa apontada para os moradores era a numeração das casas e a possibilidade de delegarem uma comissão para tratar exclusivamente dos problemas relativos a habitação na comunidade. Devido a esse incidente a comunidade se reuniu em meados de outubro para discutirem sobre o Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), afirmando que se a metragem foi feita para a cobrança do imposto e que só pagariam mediante a escritura da terra, caso a medição ser feita para a cobrança do terreno, fariam o pagamento em até vinte e cinco anos e, ainda, pagando 10% dos seus salários.

No ano de 1996 a associação de moradores deu início às suas atividades apontando os problemas comunitários que pretendiam resolver ao longo do ano: a mudança do local dos postes de alta tensão; o acostamento na saída da escola; a retirada do lixo acumulado por falta de coleta seletiva. Sobre as ações da associação o Presidente fala em “reivindicar é ir à busca junto aos órgãos públicos por melhorias” e reclama pela falta de participação: “algumas coisas não são feitas não é por falta de esforço, mas precisamos da compreensão dos moradores que só sabem cobrar e mais nada” (CHICO MENDES, 1996a, p.36). Durante o mês de março a associação de

moradores, a partir de seus representantes, fez reuniões com os moradores de cada rua para esclarecer sobre a necessidade do lixo ser colocado em sacos plásticos para que facilitasse a coleta da COMCAP. Em junho dois membros da diretoria se afastaram dos cargos, incluindo o Presidente, para montarem novas chapas. Em julho foi formada a comissão eleitoral, houve a inscrição de quatro chapas, a eleição aconteceu no dia 11 de agosto de 1996 contando com a participação de quinhentos e quarenta e um eleitores; a posse aconteceu no dia 17. Em agosto a associação de moradores se reuniu com a Sra. Cleide Grando, representante da Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), buscando apoio para desenvolver atividades com as crianças da comunidade no horário oposto ao da Escola. Ainda nesse mês se reuniu com representantes da CASAN que se comprometeram em viabilizar o projeto da rede de esgoto e construção de banheiros nas residências da comunidade Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória; tendo em vista que a Caixa Econômica Federal entraria com 75% do recurso necessário a empresa se comprometeu em dar início às obras no mês seguinte; haveria ainda a cobrança de uma taxa que seria cobrada na fatura de água dos moradores atendidos. No final do mês se reuniram para escolher o delegado para representar a comunidade no Orçamento Participativo e discutiram as demandas para que sejam levadas nas reuniões.

As atividades de 1997 tiveram início com uma reunião entre as comunidades Chico Mendes, Novo Horizonte, Nossa Senhora da Glória, Alojamentos (via expressa) e Promorar, na qual discutiram os problemas que afetavam essas comunidades: a) o abastecimento de água. Como solução foi pensado em encaminhar um ofício a UFECO para auxiliar na solução, de acordo com relato “as lideranças não reconheceram a Instituição citada e nem esta esteve presente nas comunidades” (CHICO MENDES, 1997b, p.56); b) a participação na reunião da Secretária do Continente, em que a mesma não se comprometeu em auxiliar a comunidade no que dizia respeito ao lixo nas ruas e a rua que está sendo prejudicada devido à utilização de caminhões do Supermercado BIG, c) o pagamento, que estava atrasado, pela AFLOV, do ônibus que transportava as crianças das regiões até o educandário. Em setembro desse ano a Coordenadora do Pró-Sanear fez uma arrecadação de roupas para a associação que promoveu um bazar, o dinheiro arrecadado foi utilizado para a construção do centro comunitário.

Durante o mês de agosto de 1998 a associação se articulou para organizar a eleição da comunidade. Foram inscritas três chapas, a eleição foi realizada no dia 13 de setembro e contou com a participação de seiscentos e cinquenta e oito eleitores. No mês

de outubro duas pessoas se afastaram da direção e os cargos foram repostos. Em novembro de 1998, em parceria com o Conselho de Lideranças Comunitárias (CLIC) organizaram faixas e placas para sinalizar à área escolar.

Em fevereiro de 1999 realizaram uma reunião com um representante do Projeto Habitar Brasil que expôs a proposta de construir cento e quarenta residências abrangendo a região das comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte – priorizando as áreas de risco e tendo um padrão de 52m², através de um convênio entre a Prefeitura Municipal e a COAHB. Em março a diretoria afastou o secretário do seu cargo “por falta de comparecimento nas reuniões e por não ter entendimento entre os demais membros da diretoria” (CHICO MENDES, 1999c, p.74). Em maio foi fechado um convênio com a AFLOV, a comunidade cederia o espaço do centro comunitário para a instituição realizar atividades com as crianças de seis à doze anos, durante a semana, no período contrário aos da aula. Em novembro nove pessoas se afastaram dos seus cargos da diretoria, dois justificaram que se mudariam da comunidade; ainda nesse mês foram preenchidos os cargos de primeiro e segundo secretário.

Em janeiro de 2000 a diretoria afastou o segundo secretário “por não cumprir os regimentos da diretoria” (CHICO MENDES, 2000a, p.77) e ao final do mês preenchem o cargo. Em agosto mais três pessoas se afastam da diretoria e ao final do mês foram empossadas dez pessoas para preencherem todos os cargos vagos. Em setembro realizam uma assembléia para discutirem sobre as regras da eleição entre outros e apresentarem à comunidade as quatro chapas concorrentes e suas propostas de gestão. No mês de outubro foi realizada a eleição: houve a participação de um total de oitocentos e oito eleitores; porém ao final da eleição houve reclamação por parte de uma das chapas afirmando que houve fraude; que pessoas de fora da comunidade votaram e uma das chapas acompanhou as pessoas até a votação. Comprovada as irregularidades tomou posse a segunda chapa mais votada.

Em janeiro de 2001 foi realizada uma Assembléia entre as comunidades Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória, contando com a presença do Professor Lino Peres – UFSC – na qual Prefeitura Municipal apresentou à comunidade um projeto para “reformular a comunidade e traz também como proposta, remoção das famílias e outra proposta com indenizações das casas existentes na área do projeto” (CHICO MENDES, 2001a, p.1). Em maio se reuniram com a comissão que foi delegada

para acompanhar as obras de habitação e discutiram que o projeto estava parado e pensaram como estratégia buscar a mídia, através do tele-jornal, e o Ministério Público. Em junho, em reunião com representantes da prefeitura, foi informado que não foi finalizado o cadastramento das comunidades para a concessão das habitações. Em julho foi informado através de representantes da Prefeitura Municipal que o tempo necessário seria de sete meses. O presidente, falando em nome da comunidade, destacou sobre a necessidade da construção de um centro comunitário e solicitou que o representante municipal “escreva e assine um termo de compromisso” e ata informando que no decorrer da reunião foi firmado o compromisso (CHICO MENDES, 2001b, p.7) Foi discutido, ainda, sobre a abertura das ruas próximo a via expressa, afirmando que as famílias seriam indenizadas. Nessa reunião transparece o descontentamento dos moradores quando: “Jair fala sobre o Amilton que tem muitas reclamações sobre o tipo de atendimento com os moradores, Jair reclama ainda do 1º projeto que é para um ano e já vai para três anos e ainda não está pronto” (CHICO MENDES, 2001c, p.7). Ainda nesse mês, em reunião com representantes da Secretaria de Habitação do Continente, discutiram sobre o projeto habitacional sobre o qual os moradores ainda estavam desinformados. Sobre o modelo do projeto um dos moradores observou que a “decisão de iniciar o Projeto pela comunidade Novo Horizonte é unicamente da Prefeitura. Não foi feita com a comissão de moradores, isto é, a comunidade” (CHICO MENDES, 2001d, p.8), para tanto o representante municipal se pronunciou afirmando que “optou-se por Novo Horizonte porque o numero de pessoas que sai possibilita com mais facilidade o remanejamento e a construção das casas. Acredita-se que terá um bom resultado, o que será exemplo para outras comunidades optarem pelo projeto” (CHICO MENDES, 2001d, p.9). Em agosto se reuniram com a Prefeitura e o Professor Lino Peres com quem discutiram sobre o projeto habitacional “no que diz respeito ao tamanho das casas não foi discutido com os próprios moradores”, os representantes da Prefeitura destacam que algumas casas seriam construídas com até 63m² dependendo do tamanho da família e seriam pagas em até vinte e cinco anos. A comunidade manifestou-se fazendo a memória do andamento do projeto: “cita-se a questão dos maus tratos no que diz respeito ao atendimento, lembrando aqui a pessoa do Amilton. Lembra-se também o longo tempo de duração das famílias nos abrigos do Novo Horizonte”. Na sequência, em outra reunião, definem os representantes da comunidade que deveriam acompanhar o andamento do projeto.

O Livro Ata consta a última reunião como sendo em agosto de 2001. Segundo o atual Presidente não há mais Livros Atas, estes “podem” ter sido extraviados quando o material da associação é repassado para outra diretoria, em cada gestão.

6. Associação de Moradores da Comunidade Novo Horizonte

A área de abrangência da associação compreende a comunidade Novo Horizonte, sediada no Bairro Monte Cristo, tendo como limites a Comunidade Chico Mendes, o Conjunto Panorama e a Via Expressa.

A associação foi fundada em 26 de janeiro de 1991. No mesmo dia foi realizada a eleição e posse da diretoria, com duas chapas concorrendo, somando um total de cento e dezoito eleitores. Em sua primeira reunião discutiram os assuntos referentes a vida organizativa da comunidade: a horta comunitária, a continuidade do projeto do posto de saúde, a possibilidade de cercarem o espaço utilizado para área de lazer para o campo de futebol e sobre o saneamento, particularmente a questão do esgoto. Em fevereiro aprovaram o estatuto da associação a partir de uma assembléia realizada com os moradores. Ainda nesse mês realizaram uma reunião da qual participou o Presidente da Associação de Moradores da Comunidade Chico Mendes para discutirem sobre os problemas em comuns, de forma a pensarem soluções conjuntas.

Durante o mês de junho de 1994 a associação organizou junto ao grupo de jovens e a Oficina do Saber (Programa do CEDEP), uma festa junina e um bingo, comemorando também o 4º aniversário da associação que foi realizada no dia 30 de julho; recebeu da Oficina do Saber um recurso monetário que utilizou para fazer uma reforma na “escolinha” – espaço comunitário utilizado para a realização de oficinas, festas e atividades em geral – que consistiu nos serviços de eletricista e pedreiro, materiais de infra-estrutura e ainda, o pagamento da conta de luz e água em atraso; divulgaram a reunião do Orçamento Participativo; o clube das mulheres ofereceu, utilizando-se do espaço da casa de um dos moradores, um curso de pintura para as mulheres da comunidade. A associação, através de seus representantes delegados, não participaram das reuniões do fundo municipal de moradia. Foi informado que a “UFECO convocou nova assembléia, sem avisar para ter uma nova eleição para o ano de 1994” (NOVO HORIZONTE, 1994a, p.2), nesse sentido a comunidade discutiu se participariam ou não dessa assembléia. Discutiram sobre a relação da COMCAP com a comunidade que foi fragilizada; de acordo com relato: “a COMCAP não vai mais vender o lixo e fazer a divulgação da coleta seletiva” (NOVO HORIZONTE, 1994b, p.3). Elaboraram e encaminharam uma carta (ofício) com as demandas da comunidade para a reunião do Orçamento Participativo.

Em julho houve um grande volume de chuva que prejudicou as ruas da comunidade e o Sr. Vanderlei da Secretaria do Continente foi até a comunidade para verificar a situação da mesma; como medida paliativa se comprometeu em providenciar uma máquina para limpar as ruas e a colocação de placas conscientizando sobre o cuidado para não jogar lixo nas ruas. Relaciona-se com o lixo a questão da proliferação de ratos.

No mês de agosto promoveram reuniões entre as comunidades Chico Mendes e Novo Horizonte, para discutir o relacionamento com a COMCAP; e de acordo com relato, “a partir do depoimento de vários presentes constatou-se o desinteresse da COMCAP (Companhia Melhoramentos da Capital) bem como o não atendimento aos pedidos com relação à questão da coleta de lixo, de máquina para aplainar o terreno da comunidade, etc.” (NOVO HORIZONTE, 1994c, p.6). Em reunião ainda nesse mês, escolheram seu representante no Orçamento Participativo e apresentaram a proposta da COMCAP “eles trariam o lixo seco e a comunidade separa o lixo, ficando a mesma com a renda”.

Em setembro, discutiram sobre a necessidade de um telefone público na comunidade e retomaram a discussão sobre a COMCAP afirmando que não havia sido feita, até o momento, a coleta de lixo fazendo-se necessário buscar a imprensa para divulgar a situação em que a comunidade se encontra.

No mês de novembro, a associação discutiu a participação da comunidade no projeto que o Fundo Municipal de Saúde, tratando a questão da educação ambiental: coleta seletiva de lixo, arborização, plantação de verduras, divulgação de material e incentivo à participação das famílias. No final do mês promoveram uma reunião com representantes das comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e do IPUF para discutirem sobre o projeto de Educação Ambiental; após a explanação do projeto um morador expressa a realidade da comunidade quando comenta que “O Sr. Veroni questiona o exemplo que João Maria fala que é da horta caseira, pois a vizinha dele nem tem um banheiro e como ele poderá pensar numa horta?” (NOVO HORIZONTE, 1994d, p.9); a reunião foi encerrada discutindo as possibilidades de promoverem o projeto. Em dezembro a associação buscou a COMCAP acompanhada de líderes da Comunidade Chico Mendes e do Vereador Lázaro Bregue Daniel, a mesma se comprometeu em colocar seis lixeiras.

Em fevereiro de 1995 iniciaram as atividades do ano, discutindo as pendências e demandas, e sua filiação na UFECO tendo em vista que “Valdir retornou da reunião da UFECO e disse que houve um apelo de participarmos da eleição; para tanto a comunidade deveria se filiar a UFECO” (NOVO HORIZONTE, 1995a, p.13) e a filiação na FAMESC (Federação Catarinense de Moradores do Estado de Santa Catarina); foi comunicado também, sobre o Programa “Leite é Saúde”³ da Secretaria de Saúde e desenvolvimento Social. Realizaram uma reunião com representantes da COMCAP que se comprometeram em mandar um caminhão mensal para recolher os entulhos, fazer a manutenção das lixeiras e das placas, e na entrega à comunidade de cem sacos para recolher o lixo por semana; ao mesmo tempo se dispuseram a recolher entulhos quando a comunidade achasse necessário.

No mês de março, para resolver o problema da proliferação dos ratos, buscaram apoio com a vigilância sanitária estadual. A associação preparou e organizou as atividades para realizar a eleição da associação, na qual se candidataram duas chapas, a eleição foi realizada do dia 02 de abril de 1995, contando com a participação de noventa e três eleitores e a posse foi realizada no dia 04 de abril. A primeira reunião da nova diretoria ocorreu em abril e contemplaram como pontos de discussão o Projeto Básico de Urbanização a existência de vagas para um curso de formação de lideranças comunitárias promovido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), CEDEP e Fé e Alegria. Em maio retomaram a discussão sobre a proliferação dos ratos tendo em vista que “há crianças que foram mordidas por ratos”. A reunião foi realizada no Posto de Saúde de Capoeira e nela foi decidido fazer um abaixo assinado e entregar à Secretaria do Continente e à Prefeitura.

Em junho discutiram, em reunião, sobre o conflito entre um morador e o Pastor da Igreja – seu vizinho – pela divisão dos terrenos. Realizaram duas reuniões com um representante da Secretaria do Continente: na primeira, discutiram o projeto de saneamento; na reunião foi divulgado que a empresa que faria o serviço precisaria de funcionários para a obra, sugerindo a contratação dos moradores desempregados, da comunidade, maiores de quatorze anos; na segunda reunião, discutiram sobre a construção da creche; foi relatado que a construção já havia sido orçada, faltando apenas

³ O programa previa o fornecimento de leite à crianças desnutridas, com a faixa etária de zero a dois anos, e gestantes. Para tanto era necessário fazer uma consulta médica mensal, no posto de saúde da comunidade e receber o encaminhamento para retirar o leite juntamente com latas de óleo na Secretaria do Continente.

a licitação. Nesse mês e no decorrer do mês de julho também organizaram uma festa junina, com bingo para comemorarem o aniversário da associação que foi realizada no dia 05 de agosto.

Em agosto foi realizada uma reunião com o Sr. Dalton Secretário do Continente e o Sr. Paulo da UFECO: foram tratados assuntos referentes às obras de esgoto que ainda não haviam sido iniciadas e a UFECO se manifestou falando sobre a articulação das associações, propondo que a associação de moradores do Novo Horizonte se filie a entidade. Realizaram uma reunião com o Secretário de Obras do Continente que informou que a obra da creche já havia sido licitada e começaria no final do mês e que já haviam feito a licitação para a pavimentação da Rua das Palmeiras da comunidade que estavam aguardando o início das obras por parte da empresa contratada.

Em agosto se reuniram com os responsáveis pelo projeto Pró-Sanear que:

Pediram a ata da reunião que foi feita com elas e a CASAN e querem que a comunidade escolha uma pessoa por quadra para ter o método, digo, o mapa para saber onde ficarão as caixas de gordura. Viu-se que o trabalho de educação ambiental não foi bem feito e nem de modo conjunto com a comunidade. Noeli e Elizangela falaram da dificuldade de conversar com as pessoas da comunidade para resolver os problemas da melhor maneira” (NOVO HORIZONTE, 1995b, p.33)

A dificuldade da conversa se referia ao fato de os moradores já terem estipulado o tamanho dos seus terrenos e não cederiam ao vizinho algum espaço para a construção dos banheiros. Em reunião realizada nesse mês, estiveram presentes a Sra. Ivani da Comunidade Santa Terezinha II que “comunicou sobre a proposta de se fazer a feira comunitária unindo as cinco comunidades: Novo Horizonte, Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Santa Terezinha II e Nova Esperança” (NOVO HORIZONTE, 1995c, p.35). A proposta seria levada em outras reuniões para se chegar a uma definição. Discutiram também sobre a falta de participação dos membros da diretoria nas reuniões.

No mês de novembro realizaram uma reunião para tratar exclusivamente do projeto de esgoto, na qual formaram uma comissão para cuidar dos assuntos referentes ao mesmo: implantação da obra em toda a comunidade, buracos nas ruas a céu aberto, entre outros. Em outra reunião discutiram especificamente a prestação de contas da feira

– cooperativa formada entre as comunidades, que foi proposta pela Comunidade Santa Terezinha II. De acordo com relata a Presidente da associação, naquele período, e responsável pelas finanças da feira estava sendo questionada:

Por desviar dinheiro da feira, haja vista não ter havido depósitos no Banco desde Novembro de 1994. Segundo outras lideranças que também atuavam na feira, [...] ficava com o dinheiro do que era vendido aos sábados e mesmo durante a semana. Contudo, o depósito que deveria acontecer todas as segundas-feiras, não aconteceu. O destino do dinheiro ninguém sabe aonde se encontra.

Ainda nessa reunião foi informado que de acordo com os extratos bancários os depósitos não foram feitos. A comunidade decidiu continuar realizando a feira e buscar meios de cobrar o dinheiro desviado. Uma das medidas foi marcar uma assembléia geral para discutir o assunto, porém a acusada não compareceu.

Em 1996 iniciaram as suas atividades discutindo sobre a construção da creche; que foi proposto pela Prefeitura construir no local onde era o Centro Comunitário. A proposta foi aceita pela comunidade mediante o compromisso de a Prefeitura construir um novo centro. Em dezembro, discutiram sobre a gestão da diretoria destacando a falta de participação da mesma, a falta de compromisso com o que foi assumido: como exemplo, mencionam a conta bancária em nome da associação, que até aquele momento não havia sido aberta.

Em 1997 formaram uma comissão provisória para assumir as atividades da associação até a próxima eleição, que aconteceu em abril. Nesta eleição houve a participação de uma chapa e contou com o voto de cinquenta e quatro eleitores. A nova diretoria iniciou as atividades discutindo sobre a qualidade das obras de saneamento, pois os moradores estavam afirmando que “a construção ficou muito mal feita” (NOVO HORIZONTE, 1996a, p.46).

Durante o mês de junho discutiram sobre os problemas de saúde pública provocados pela sujeira nas ruas e pelos animais sem donos, os quais viravam as latas de lixo e o espalhavam, bem como a proliferação de doenças provocadas por eles. Participaram de uma reunião na comunidade Promorar para tratar sobre a questão da desnutrição infantil na qual receberam o convite para participarem de um curso de “cozinha alternativa” realizado na comunidade Nova Esperança. Organizaram e

promoveram uma festa junina em comemoração ao aniversário da comunidade que foi realizada na nova casa comunitária – construída a partir de recursos advindos do Centro de Evangelização e Educação Popular (CEDEP) – e com o dinheiro arrecadado pagaram as dívidas feitas com material de construção para sua construção.

Em agosto apoiaram a comunidade Chico Mendes na luta pela construção de uma creche, através de divulgação do problema para a comunidade e o envio de um ofício para os órgãos públicos. Foi apresentado em reunião o levantamento sobre as crianças da Comunidade Chico Mendes, reforçando a demanda por creche: vinte e uma famílias com setenta e nove crianças até quatorze, das quais sessenta e duas eram pedintes nas ruas, doze trabalhavam como engraxate e cinco trabalhavam como vendedores de sorvete.

Em setembro a associação organizou um mutirão para a colocação do piso na “escolhinha”: porém não conseguiram o apoio da comunidade e o mutirão não foi realizado. Encaminharam um ofício à CASAN solicitando a ligação na casa comunitária e receberam a verba do Orçamento Participativo para a finalização dos calçamentos das ruas. Discutiram também, sobre a possibilidade de ser instalado um Posto Policial no bairro Monte Cristo e mais uma vez “foi discutida a necessidade de convocar mais pessoas e provocar maior participação, maior organização dos arquivos-documentos da comissão e a própria função da comissão” (NOVO HORIZONTE, 1996b, p.52). As atividades do ano foram concluídas com a reformulação do Estatuto da associação a partir do modelo da associação de moradores da Santa Terezinha.

Em junho de 1997 foi realizada a instalação de água e de energia elétrica na sala da comunidade. Em setembro voltaram a discutir a questão de saúde relacionada a proliferação dos ratos e divulgaram para a comunidade a realização do “Curso de magistério, 1º grau”, promovido através da parceria com o Colégio Coração de Jesus. Em novembro deram início ao processo de Regularização fundiária para os moradores ocupantes das áreas de propriedade da COAHB. De acordo com relato:

Existem quatorze casas que estão nas margens da BR, sob a abrangência do DNER. Não se sabe ainda o destino destas famílias, mas é certo que fica assegurada a moradia para todos. Ainda faltam aproximadamente oitenta casas, muitos moradores não estão em casa e aí dificulta o cadastro. Aproximadamente cem casas já foram cadastradas (NOVO HORIZONTE, 1997a, p.58).

Em março de 1998 participaram da assembléia geral do Novo Horizonte profissionais representantes da Prefeitura para falar ao “Projeto Bom Abrigo, de acordo com relato:

Há recursos do Projeto Habitar Brasil para a construção de cento e quarenta casas na região. Para este os recursos já estão garantidos e estão na Caixa Econômica Federal. Foi iniciado um novo cadastramento das famílias da região Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória, para a implementação de outro programa que deve vir do Banco Americano (BID). Este programa será para obras de infra-estrutura como a construção de creches, casa comunitária, Posto de Saúde, espaços de lazer e outras obras para urbanizar as comunidades. Um dos projetos também é reassentar as trinta e poucas famílias da Via Expressa que estão em situação precária” (NOVO HORIZONTE, 1997b, p.61).

No mês de junho organizaram as atividades necessárias para realizarem as eleições, que teve a inscrição de duas chapas. A eleição foi realizada no dia 26 de julho e contou com a participação de trezentos e trinta e cinco eleitores. Em agosto “foi feito o informe de que a sala da comunidade [chamada Escolinha] foi arrombada na noite de 31 de julho [...] quando foi roubada a geladeira, o botijão de gás, uma caixa de detergente e uma caixa de sapólio, além de outros objetos de menor valor [...] Francisca e Cilene foram no 9º Departamento para registrar a ocorrência” (NOVO HORIZONTE, 1997c, p.73). A associação organizou uma festa para arrecadar fundos e repor o que foi furtado, que contou com o apoio de diversas empresas privadas que fizeram “doações” de brindes.

No decorrer dos meses que se seguiram elaboraram ofícios, encaminhados aos órgãos públicos, solicitando a construção de um posto de saúde na comunidade. Em novembro discutiram sobre a necessidade de construir mais lixeiras na comunidade e o problema da proliferação de ratos que ainda não havia sido resolvido. No mês de novembro foi realizado um bingo com o objetivo de arrecadar recursos para construírem um muro em torno da “escolinha”. Nesse mês, buscaram a Secretaria do Continente para viabilizar a construção do mesmo e como resposta foi informado que seria dado início à construção até o final daquele mês. Em janeiro de 1999 a associação deu início à construção com os recursos arrecadados na festa e em maio realizaram outra festa para comprar o restante do material. Vale salientar que durante esse período a associação

buscou a Secretaria do Continente para que a mesma finalizasse a obra, conforme prometido. Em maio realizaram outra festa para concluir o pagamento das dívidas feitas para a construção do muro.

Em agosto participaram de uma reunião com as lideranças do Bairro Monte Cristo na Secretaria de Saúde para tratar do posto de Saúde do Bairro Monte Cristo. É repassado às comunidades que o posto seria construído no terreno que havia ao lado do Lar Fabiano de Cristo e suas obras começariam no final desse mês.

Em maio de 2000 se reuniram com o Comandante da Polícia Militar que afirmou disponibilizar um policial para permanecer na Escola Estadual B. América Dutra Machado como medida de segurança. Nesse mês houve o desligamento de duas pessoas da diretoria que se mudaram da comunidade. Em outubro organizaram as atividades necessárias para realizar a eleição da nova diretoria que ocorreu em novembro contando apenas com uma chapa, que foi eleita, reelegendo o Presidente. Em novembro, ainda, compareceu na reunião um representante do SENAC para fazer a divulgação de um curso de corte e cabelo no bairro Monte Cristo e teria início na segunda quinzena do mês, para tanto “o Sr. Luiz Demétrio comentou que por falta de espaço outros cursos não foram realizados” (NOVO HORIZONTE a, 2000, p.88) e retomam a discussão do Projeto Habitar Brasil com o Presidente apresentando o resultado de uma reunião que tiveram com a Prefeitura e a mesma colocou que em trinta e seis meses concluiriam a obra.

Em junho de 2001, o Presidente da associação buscou a Prefeitura para questionar o andamento do Projeto e lhe foi informado que fariam um abrigo – barracão – temporário para as pessoas morarem até que as obras estivessem prontas e aponta ao final que a decisão de participar ou não do projeto deve partir das famílias. Fato que gerou discussões no mês de julho, em reunião, quanto ao tempo de duração das obras, condições físicas do barracão entre outros.